

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

HEIDI FERREIRA DA COSTA

ANASTILOSE DA MEMÓRIA:

VESTÍGIOS, PROCESSOS E IMAGENS DA MEMÓRIA NO PARQUE
ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS

RIO DE JANEIRO

2019

HEIDI FERREIRA DA COSTA

ANASTILOSE DA MEMÓRIA:

VESTÍGIOS, PROCESSOS E IMAGENS DA MEMÓRIA NO PARQUE
ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Amália Silva Alves de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2019

HEIDI FERREIRA DA COSTA

ANASTILOSE DA MEMÓRIA:

VESTÍGIOS, PROCESSOS E IMAGENS DA MEMÓRIA NO PARQUE
ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Memória Social.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Amália Silva Alves de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Esses dois anos de pesquisa e crescimento não teriam sido possíveis sem o apoio de algumas pessoas fundamentais, que contribuíram com conhecimento, conselhos, empatia e inspiração.

À minha orientadora, Maria Amália, agradeço a paciência com que me guiou pelo método científico, estimulando e provocando minhas impressões pessoais e profissionais até torná-las questões de um projeto de pesquisa.

Agradeço minha família por todo o suporte e incentivo. Minha mãe, que sempre está pronta pra acreditar no meu potencial de realizar qualquer empreitada e que, com essa certeza, fortalece meus momentos de dúvida. Lívia, minha irmã, que me motiva com sua própria existência e me faz continuar seguindo em frente. Renata, minha *primã*, companheira das horas de alegria e desespero, minha confidente e a minha voz da razão quando me deixo assaltar pelas emoções.

Também tenho a sorte de ter amigos especiais, sem os quais eu não creio que teria a sanidade necessária para seguir em frente, Marcos André, meu melhor amigo e a pessoa com quem sei que sempre contar em todos os momentos. Kéo Carlos, meu vizinho, companheiro e confidente das *desventuras* acadêmicas. Foi o amigo que participou com mais intensidade do meu desenvolvimento desta pesquisa, aconselhando, trocando ideias ou simplesmente ouvindo. Léo e Manu, companheiros de aventuras, estratégias e das melhores tardes!

Agradeço também aos dois professores que se tornaram amigos e colegas de profissão: Francis, que está sempre pronta a me oferecer seu apoio e entusiasmo, com palavras de incentivo. Zeca Barros, amigo, mentor, professor, confidente. Nestes sete anos que trabalhamos juntos no Parque ele nunca deixou de me ensinar coisas novas, sua companhia é um eterno aprendizado. Desde nossas longas conversas de estrada até reuniões na praia, essa amizade foi certamente um dos principais fatores para meu crescimento pessoal nos últimos anos.

Tem sido uma longa jornada, e é reconfortante saber que tenho companhia para o caminho!

Sempre se orgulhara de ter vivido intensamente; mas essa expressão “viver intensamente” era uma pura abstração; procurando o conteúdo concreto dessa “intensidade”, não descobriu senão um deserto onde vagava o vento.

(Milan Kundera, *A imortalidade*)

RESUMO

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi inaugurado em 2011, no local onde um dia foi o centro da cidade de São João Marcos, no município de Rio Claro, interior do Estado do Rio de Janeiro. Criado com a missão declarada de “resgatar” a memória de São João Marcos, o Parque é mantido através de projetos anuais patrocinados pela Light e Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Estes projetos anuais têm como escopo a preservação do Centro de Memória e do circuito arqueológico, onde estão as ruínas da antiga cidade. Os projetos também incluem a realização de um programa educativo para alunos da rede pública do estado e um calendário de eventos culturais. Além disso, o Parque mantém seu horário de funcionamento, com entrada gratuita, de quarta a domingo.

Esta pesquisa buscou analisar a relação entre a memória de São João Marcos e as políticas públicas que financiam a existência do Parque. Para isso foram identificadas as diversas funções que esta memória exerce nos projetos anuais. Em primeiro lugar, a memória de São João Marcos é utilizada como *justificativa*, ou seja, os projetos partem do pressuposto que São João Marcos foi *esquecida* e por isso sua memória precisa ser *resgatada*. A segunda função da memória analisada nesta pesquisa é a função de memória como *objetivo*. Aqui foram identificados os objetivos presentes nos textos dos projetos que têm sua base na construção da memória da cidade, como as narrativas, pesquisas, exposições, fotografias e textos institucionais. A terceira função a ser analisada é a função de *produto* que a memória exerce. Nesta parte são considerados os usos da memória dos parte do público e sua relação com o Mercado.

Durante o desenvolvimento destas investigações buscou-se analisar as relações institucionais entre a gestão do Parque, seus patrocínios e as políticas públicas relacionadas ao patrimônio, às quais o Parque está submetido. Foram utilizados diversos métodos investigativos desde estudo de caso até pesquisa de acervo e referencial teórico, buscando traçar um panorama da apresentação da memória de São João Marcos no Parque desde a investigação de seu pressuposto esquecimento, até a experiência de rememoração do visitante, mantendo como fio condutor o fato de que todas estas ações são possibilitadas pelos patrocínios recebidos.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Patrimônio Cultural, Ruínas, Narrativas, São João Marcos, Cidades esquecidas.

ABSTRACT

The Archaeological and Environmental Park of São João Marcos was inaugurated in 2011, where it was once the center of the city of São João Marcos, in the municipality of Rio Claro, in the interior of the State of Rio de Janeiro. Created with the declared mission to "rescue" the memory of São João Marcos, the Park is maintained through annual projects sponsored by Light and the Secretary of State for Culture of Rio de Janeiro, through the State Law of Incentive to Culture. These annual projects are aimed at preserving the Memory Center and the archaeological circuit, where the ruins of the late city are located. The projects also include conducting an educational program for public school students and a calendar of cultural events. In addition, the Park maintains its opening hours, with free admission, from Wednesday to Sunday.

This research sought to analyze the relationship between the memory of São João Marcos and the public policies that finance the existence of the Park. For this, the various functions that this memory exercises in the annual projects have been identified. In the first place, the memory of São João Marcos is used *justification*, that is, the projects start from the assumption that São João Marcos has been forgotten and therefore his memory needs to be rescued. The second function of memory analyzed in this research is the memory function as *purpose*. Here we identified the objectives of the texts of the projects that are based on the construction of the city's memory, such as narratives, research, exhibitions, photographs and institutional texts. The third function to be analyzed is the function that memory exercises as a *product*. In this part are considered the uses of the memory of the public and its relation with the Market.

During the development of these investigations we sought to analyze the institutional relations between the management of the Park, its sponsorships and the public policies related to the patrimony, to which the Park is submitted. Several investigative methods were used, from case study to collection research and theoretical reference, aiming to draw a panorama of the presentation of the memory of São João Marcos in the Park from the investigation of its presupposition of forgetfulness, to the experience of remembrance of the visitor, keeping as a thread the fact that all these actions are made possible by the sponsorships received.

Key words: Public Policies, Cultural Heritage, Ruins, Narratives, São João Marcos, Forgotten Cities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Traçado original das praças (visão lateral).....	54
Figura 2 Manutenção do traçado das praças (2011).....	54
Figura 3 Lateral da Casa do Capitão-mor e casarões vizinhos.....	55
Figura 4 Ruínas da Casa do Capitão-mor e casarões vizinhos em 2011.....	55
Figura 5 Interior do centro de memória.....	60
Figura 6 Detalhe da maquete com a Igreja Matriz e praças no centro	61
Figura 7 Detalhe do mapa com demarcação das famílias proprietárias	62
Figura 8 Painéis suspensos do Centro de memória	66
Figura 9 objetos expostos no centro de memória. Doações de ex-moradores.....	67
Figura 10 Exposição de achados arqueológicos no centro de memória	70
Figura 11 Primeira página do menu dos totens digitais	71
Figura 12 Segunda página do menu dos totens digitais	72
Figura 13 Foto do alagamento da cidade nos totens digitais.....	74
Figura 14 Foto das ruínas alagadas em 2018. Ponte provisória construída para acesso ao Parque	74
Figura 15 Recibo digitalizado no totem digital.....	77
Figura 16 Ex moradores rememoram a cidade no documentário "A história de São João Marcos"	83
Figura 17 Ex morador se emociona ao lembrar da cidade	83
Figura 18 Alunos observam objetos arqueológicos no Centro de Memória	87
Figura 19 Matérias da imprensa a respeito do Parque.....	88
Figura 20 Realização de eventos ao ar livre.....	92
Figura 21 Mirante de observação dos pássaros atrai público voltado para a interação com a natureza	92
Figura 22 Microempreendedora opera negócio no Parque	93
Figura 23 Banana Capote: Receita de uma ex-moradora adaptada para culinária gourmet.....	96
Figura 24 Exemplo de ruína reduzida à suas fundações	98
Figura 25 Visão geral da chegada ao circuito arqueológico em 2012.....	98
Figura 26 Exemplo do traçado das praças apenas com o controle da vegetação original	100
Figura 27 Traçado original das praças e ruas	100
Figura 28 O busto de Feliciano Sodré de volta ao seu local original	102
Figura 29 Visão da represa antes do mirante	103
Figura 30 Mirante construído à beira da Represa de Ribeirão das Lages	104
Figura 31 Parte considerável do circuito arqueológico tomado pelas águas da represa.....	105
Figura 32 Estudo realizado para reconstrução posterior da Igreja	106
Figura 33 Igreja Matriz antes das obras de 2014.....	107
Figura 34 Igreja Matriz após o projeto de qualificação.....	107
Figura 35 Ruínas da Casa do Capitão-Mor antes de 2014	109
Figura 36 Ruínas da Casa do Capitão-mor após a anastilose.....	109
Figura 37 Visão geral do circuito arqueológico após as obras do projeto.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A MEMÓRIA COMO JUSTIFICATIVA	19
1.1 CIDADES ESQUECIDAS: COMPONENTES, ESQUECIMENTOS, APAGAMENTOS E REMEMORAÇÕES.....	20
1.1.1 A cidade de que se lembra: para além das delimitações iniciais.....	23
1.1.2 Sujeitos que lembram, comunidades que esquecem. Quem pergunta “Cadê a cidade que estava aqui”?	27
1.1.3 Silêncio e esquecimento: A memória latente de uma cidade contida em seus restos.....	30
1.1.4 Sobre ruínas e <i>madeleines</i> : Reconhecimento, rememoração e imaginação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.....	36
1.1.5 Análise da investigação.....	40
CAPÍTULO 2 – A MEMÓRIA PATROCINADA	42
2.1 MEMÓRIA, POLÍTICA CULTURAL PÚBLICA E PROPRIEDADE PRIVADA: UM CASAMENTO NO PARQUE.....	45
2.1.1 Uma investigação do relacionamento entre Parque, Iccv, Light e Sec: Terreno, imóvel, manutenção e programação de equipamento cultural.....	46
2.2 A MEMÓRIA COMO OBJETIVO: UM TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL NO PARQUE ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS.....	51
2.2.1 A manutenção do Patrimônio Material, a memória e as ruínas de São João Marcos.....	52
2.2.2 Narrativas, vestígios e discursos no Centro de Memória.....	59
2.3 A memória como produto: Considerações sobre a relação entre patrocínios e memória.....	85
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: ANASTILOSE DA MEMÓRIA: DOS VESTÍGIOS ÀS SOLUÇÕES	89
3.1 VESTÍGIOS E PAISAGEM: A MEMÓRIA, O PRETEXTO E O CENÁRIO.....	91
3.2 PRESENCAS QUE TESTEMUNHAM UMA AUSÊNCIA – AS RUÍNAS E UM VAZIO REPLETO DE MEMÓRIA.....	97
3.3 ANÁLISE DO ESTUDO.....	110

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

A *anastilose* é uma técnica de restauro que consiste em identificar elementos que originalmente faziam parte de um monumento ou construção e buscar remontar, parcial ou integralmente, este monumento, através da recolocação destas peças em seus locais originais e da adição de elementos alheios à construção original, mas que ajudem na fixação ou composição da parte restaurada.

Semelhante em vários pontos ao trabalho de memória, onde se reúne vestígios e imaginação para a recomposição de uma lembrança que pareça mais o fiel possível em relação ao original, a *anastilose* é capaz de reordenar elementos que foram dispersos, atribuindo-lhes um sentido original dentro do todo.

Outro ponto de semelhança entre trabalho de memória e *anastilose* é o fato de que ambos precisam de uma infraestrutura contextual indispensável para combinar de forma eficiente seus vestígios, de forma que o resultado final se aproxime ao máximo do original idealizado: os recursos. No caso do primeiro, é claro, esses recursos são naturais, ou seja, estão relacionados à capacidade física e neurológica de reter aquilo que Ricoeur (2007) irá chamar de *rastró-cortical*. Já a *anastilose* requer prioritariamente recursos financeiros, que irão possibilitar o emprego de todas as outras atividades – intelectuais e mecânicas – necessárias à sua realização.

De fato, os recursos financeiros se apresentam como um poderoso instrumento potencializador de uma memória que se queira fomentar, não apenas em relação à sua abrangência, mas também aprofundar através de diversos mecanismos, desde estudos até experiências afetivas do público em relação a esta memória.

Esta é a premissa que se pretende investigar nesta pesquisa: que financiamentos podem potencializar o fomento da memória, especialmente no âmbito de uma memória coletiva.

Para a investigação desta premissa, utilizaremos o exemplo do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, situado no interior do município do Rio Janeiro e que funciona desde sua inauguração em 2011, através de patrocínios anuais da Lei Estadual de Fomento à Cultura do Rio de Janeiro.

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos é um equipamento cultural composto pelo conjunto de um centro de memória, um prédio de reserva técnica e administração, um prédio de facilidades ao visitante e um circuito arqueológico, que abriga as ruínas referentes ao Centro da antiga cidade de São João Marcos.

No centro de memória, o visitante tem a oportunidade de conhecer a história da cidade. A primeira atração é uma grande maquete que representa o Centro da Cidade na época em que foi destruída. Um guia aponta, nesta maquete, o traçado das praças, construções consideradas historicamente relevantes, como a Casa do Capitão-Mor e a Igreja Matriz, e a área da cidade que hoje está submersa pelas águas da represa de Ribeirão das Lages. Após esta introdução, o visitante é encorajado a percorrer livremente o salão de exposição, que conta com totens digitais contendo fotografias e documentos da cidade, painéis informativos contando toda a trajetória de São João Marcos, desde sua fundação e ápice econômico na Era do Café, até personagens ilustres nascidos na cidade e culminando na sua destruição.

Por todo o salão, estão expostas peças arqueológicas que remetem ao passado de escravidão e a costumes cotidianos da cidade. Finalmente, o visitante chega ao espaço onde é exibido o documentário “A História de São João Marcos”, que conta com depoimentos de historiadores e narrativas de ex-moradores.

Este espaço permite que os visitantes do Parque, que em sua grande maioria nunca haviam falar sobre a cidade¹, estejam minimamente familiarizados com a história da cidade, de modo a contextualizar o circuito arqueológico que será, então, percorrido pelo visitante.

Neste ponto, ele recebe um mapa do circuito arqueológico, sinalizando onde estão as ruínas e pontos de interesse que deverá observar. Trata-se das ruínas que foram evidenciadas durante o processo de construção do Parque, e não necessariamente de todas as ruínas que são presentes no terreno. Como será apresentado mais adiante, evidenciar uma ruína, neste caso, trazê-la de volta à superfície, implica em uma série de investimentos e responsabilidades à curto e longo prazo, que acabaram por impedir a escavação completa do circuito e exigir uma “curadoria” de quais ruínas seriam mais relevantes para serem exibidas no circuito.

¹ Dado retirado a partir de análises dos questionários respondidos pelos visitantes do Parque, que respondem à pergunta: “Antes de sua visita, você já havia ouvido falar sobre São João Marcos”?

Essas ruínas selecionadas e pontos de interesse formam o circuito arqueológico do Parque, que consistia inicialmente em 10 pontos a saber: Ponte Padre Peres, Casa do Forno, Câmara, Prefeitura, Galeria de esgoto e tanques, Praça Cinco de Julho, Praça Feliciano Sodré, Igreja Matriz (torres dianteiras), Igreja Matriz (corte lateral) e Casa do Capitão-Mor. Outros pontos de interesse foram somados a este circuito em 2014, e os mesmos serão descritos no último capítulo desta dissertação.

Este circuito arqueológico está inserido numa região de beleza natural impactante. Enquanto o trajeto da Estrada Imperial, que dá acesso ao Parque, é formado predominantemente pela Mata Atlântica, a área onde se situam as ruínas foi utilizada por quase setenta anos como região de pasto e mantém pouco da vegetação original. No entanto, o caminho até ela se inicia com uma aleia de *Mulungus*², que foi originalmente uma das ruas principais de acesso ao Centro da cidade, e termina exatamente no amplo espaço onde se encontram as duas praças e as ruínas mais icônicas de São João Marcos: A Igreja Matriz e a Casa do capitão Mor. Situada num vale, esta área do Parque exhibe, além das ruínas, a beleza das montanhas a seu redor, e parte do extenso espelho d'água da represa de Ribeirão das Lages.

O objetivo central desta pesquisa é investigar as relações entre financiamento e memória coletiva e os desdobramentos destas relações para o fomento de uma memória, tendo como objeto o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

Para tratar deste objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- 1- Investigar a relação entre a Memória e as justificativas utilizadas para patrocínio dos projetos Parque.
- 2- Analisar a forma de patrocínio recebida pelo Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos desdobramentos para a memória da cidade de São João Marcos.
- 3- Refletir sobre atividades realizadas no Parque através dos patrocínios recebidos e suas relações com a memória de São João Marcos.
- 4- Estudar o caso especial de patrocínio que proporcionou o trabalho de anastilose no Parque e seu impacto para a ativação da memória da cidade de São João Marcos.

² Nome popularmente conhecido da espécie de árvore encontrada na região, que exhibe uma exuberante florescência vermelha na primavera.

Os procedimentos metodológicos empregados para realização destes objetivos foram, à princípio, selecionados ao longo de um período de intensa reflexão acerca dos temas que considerei inicialmente relevantes ao aspecto dos projetos do Parque que eu desejava salientar, ao tipo de dados que eu poderia recolher e a alguns conceitos teóricos que me encantaram durante a pesquisa bibliográfica, bem como elementos do trabalho de memória no Parque que me pareceram particularmente dignos de reflexão.

Neste ponto, cabe apresentar meu envolvimento com o objeto desta pesquisa, a saber o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos:

Entrei para a equipe de gestão do Parque em 2012, antes mesmo de terminar minha graduação em *Ciências Sociais com ênfase em Produção e Políticas Culturais*, e apenas um ano após sua inauguração, em 2011. A questão do Patrimônio Material sempre esteve ligada à minha vida, uma vez que, na infância, cheguei a morar em um dos diversos casarões de São Cristóvão do período Colonial, cuja fachada era tombada pelo IPHAN.

Durante a graduação, tive a oportunidade de estudar sobre os processos e políticas públicas envolvendo a proteção e salvaguarda do Patrimônio Material e Imaterial, bem como algumas das diversas polêmicas e dificuldades enfrentadas por essas políticas.

Uma vez inserida profissionalmente na equipe do Parque, tive a oportunidade de conhecer de perto a política de patrocínio que mantinha seu funcionamento – e que será apresentada e analisada no segundo capítulo desta dissertação.

Por chegar ao Parque num momento tão inicial de sua existência pós inauguração, tive a oportunidade de participar da elaboração de quase todos os projetos anuais que mantêm seu funcionamento (com exceção do primeiro), bem como contribuir para decisões a respeito das ações, atividades e conteúdo que seriam apresentados ao público.

A missão autodeclarada do Parque era “o fomento e salvaguarda da memória de São João Marcos”, missão essa que me foi apresentada pelo gestor do Parque no momento em que entrei para a equipe e que serviu de diretriz para quase todas as decisões a respeito das atividades que ocorrem no Parque até hoje.

Um dos fatores que mais me impressionavam quando refletia sobre a existência do Parque – e sobe a essência de meu próprio trabalho – era o impacto que os recursos financeiros tinham sobre a preservação e fomento de uma memória (aqui ainda falando

sobre um sentido mais amplo de memória). Voltando à minha infância, eu lembrava das fachadas decadentes dos casarões tombados de São Cristóvão, habitados por famílias comuns, em sua maioria de baixa renda, que não tinham condições financeiras para o restauro, e as comparava à minhas próprias reflexões a respeito do quão rápida seria a degradação do próprio Parque, uma vez que os recursos financeiros fossem retirados: a vegetação voltaria a cobrir as ruínas em poucos meses, os equipamentos e acervo do centro de memória se deteriorariam ou seriam saqueados e os imóveis ficariam arruinados em pouco tempo. Todo o esforço da equipe, dos ex-moradores e suas famílias, e dos membros da comunidade em geral que se empenhavam na manutenção daquela memória estariam perdidos.

Por outro lado, nas oportunidades em que o projeto arrecadava uma quantidade suficiente de recursos, era inspirador perceber o potencial de qualificação que podíamos empregar em nossos esforços para o fomento da memória da cidade: desde exposições, eventos até equipamentos técnicas de restauro mais dispendiosas como a *anastilose*, que será apresentada no capítulo três.

Quando entrei para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, eu trazia comigo uma grande bagagem de conhecimento empírico e termos nativos relacionados à Memória e ao Patrimônio. Também possuía um conhecimento íntimo sobre o meu objeto e sobre a base de dados que utilizaria para compor este trabalho, a saber, o acervo documental do Parque.

Meu maior desfaio, portanto, foi distanciar-me da posição de objeto, e assumir a posição de pesquisadora, ou seja, questionar meu conhecimento empírico à luz dos conceitos científicos que me eram apresentados durante o Programa, selecionar objetivos e dados que fossem relevantes a um projeto de pesquisa, substituindo meu puro interesse pessoal, por uma curiosidade científica, que gerasse questionamentos e propostas metodológicas condizentes com uma pesquisa acadêmica. Este, confesso, foi o processo mais demorado na construção desta dissertação, e é um processo contínuo ao qual durante todo o texto da pesquisa precisei observar e, em diversos momentos, momentos, lembrar de me submeter.

Quanto ao processo metodológico, para essa pesquisa utilizei principalmente a consulta à base de dados do Parque. Pesquisei os textos dos projetos anuais desde o ano

de inauguração do Parque, em busca das justificativas e objetivos apresentados nos projetos que eram submetidos a patrocínios. Também pesquisei relatórios anuais de atividades e fotografias, em busca das possíveis conexões entre tais projetos e a memória de São João Marcos.

Busquei para minha pesquisa bibliográfica autores que me ajudassem a refletir sobre alguns temas que despontavam como relevantes durante a pesquisa, tais como questões ligadas a identidade, memória cultural e patrimônio. Também foi importante estudar a legislação que rege a forma de patrocínio utilizada no Parque.

A partir dos dados colhidos e reflexões apresentadas, montei a estrutura atual da pesquisa, em três capítulos que pretendem fazer uma imersão na estrutura funcional e institucional do Parque, buscando analisar alguns fatores chave sob o ponto de vista da memória de São João Marcos.

Logo no início de minhas reflexões me pareceu essencial abordar a questão do esquecimento da cidade de São João Marcos. Em todos os seus projetos anuais, uma das justificativas centrais do texto é a de que São João Marcos foi esquecida por setenta anos. Sendo a *justificativa* um dos elementos centrais para a seleção de um projeto para financiamento, julguei necessário visitar esta questão.

No entanto, fui provocada por minha orientadora a averiguar se este esquecimento era real, e não o tomar como premissa, como o fazem os textos dos projetos do Parque. Assim, busquei realizar uma investigação sobre esta afirmação através de pesquisas bibliográficas e dados colhidos em narrativas, cujo processo e resultado estão expostos na primeira parte do Capítulo um.

Este capítulo se inicia com uma pesquisa aos textos do site do Parque, que apresentam o esquecimento da cidade como um fator de justificativa para a existência do Parque. Em seguida, realizo uma investigação que tem sua base teórica fundamentada principalmente pelas reflexões de Ricoeur (2007) a respeito da memória e esquecimento coletivos, e traz questões como *níveis de esquecimento, os sujeitos da memória e abusos da memória*, entre outros. Para a pesquisa a respeito da memória da cidade de São João Marcos em si, busquei fundamentos nas publicações de Oliveira – minha orientadora – e Serra (2011).

Trata-se de um capítulo de estrutura metodológica essencialmente fenomenológica, que buscará esquadrihar a investigação a partir do fenômeno do esquecimento, enfatizando que este esquecimento seria atribuído a uma cidade. Para tanto, busca desmembrar desde conceitos embrionários desta memória que teria sido esquecida, a saber a formação da identidade desta memória coletiva, até reflexões sobre graus de esquecimentos, sujeitos do esquecimento, manipulação da memória e da rememoração.

No segundo capítulo iniciei uma análise do mecanismo de patrocínio que financia anualmente o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, a saber a Lei Estadual de Fomento à Cultura do Rio de Janeiro. Esta análise inclui uma apresentação dos pontos básicos da lei (aos quais o projeto do Parque pode ser aplicado), uma exposição da operação prática deste mecanismo, incluindo os atores envolvidos nos projetos e os relacionamentos entre esses atores, aprofundamento de algumas categorias técnicas, como “equipamento cultural” entre outras, e questões ligadas ao funcionamento do Parque dentro desta realidade de patrocínio.

Após essa apresentação da estrutura do patrocínio, parti para a análise das atividades realizadas através deste patrocínio, buscando no texto dos projetos os principais *objetivos* de cada ano e nos relatórios finais fotografias e relatos do que, de fato havia acontecido no Parque.

A estas questões técnicas e operacionais, somam-se reflexões provocadas pela pesquisa bibliográfica a respeito de conceitos ligados ao patrimônio cultural e material e a espaços de memória. Aqui, além dos textos técnicos relacionados à Lei (texto da lei, editais e decretos), também busquei fundamentar teoricamente os resultados à luz de reflexões de Assman (2009) sobre os espaços de recordação, Velho (2007), Choay (2011) e Gonçalves (2007) a respeito de conflitos entre memória e patrimônio.

O último capítulo traz um *estudo de caso*, analisando a execução de um projeto excepcional, ou seja, um projeto que não fez parte do financiamento usual do Parque, mas somou-se a esse financiamento. Este projeto denominou-se “*Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*” e ao invés de utilizar os recursos da Lei Estadual, foi patrocinado por uma linha de subcrédito do BNDES. A natureza distinta deste

patrocinador gerou objetivos e justificativas diferentes dos projetos usuais, mas que também produziram impacto para a memória de São João Marcos.

O estudo de caso foi aqui considerado a metodologia mais adequada para estudar esse projeto especial, uma vez que ele representa uma exceção ao contexto geral de financiamento do Parque, que produziu seus próprios resultados e impactos, à despeito dos projetos anuais, que não foram interrompidos durante sua execução.

Trata-se de uma tentativa de separar esses resultados avaliando seus impactos dentro do contexto em que ocorreram, e considerando sua característica episódica, tal qual proposto por Yin:

“Em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo.” E ainda: “[...]é mais provável que a estratégia de estudo de caso seja mais apropriada a questão do tipo ‘como’ e ‘por que’”. (YIN 2001)

Seguindo a metodologia proposta por Yin para estudos de caso, esse capítulo se inicia com a apresentação das questões de estudo e estabelecendo as *proposições* e *unidades de análise* que serão investigadas. Em seguida serão apresentados os vínculos entre os dados e proposições do estudo e, por fim, os critérios de interpretação das descobertas trazidas pelos dados.

Por fim, nas conclusões gerais espera-se trazer uma reflexão acerca das formas de patrocínio apresentadas nesta pesquisa e seu impacto para a apresentação da memória de São João Marcos no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

CAPÍTULO 1 – A MEMÓRIA COMO JUSTIFICATIVA

Por que uma pesquisa deveria acontecer? Por que razão um projeto deveria existir? Qual o motivo para que um grupo de indivíduos – ou mesmo um único indivíduo – se empenhe numa tarefa? E por que uma empresa, ou órgão público deveria financiar um projeto ou empreendimento?

Todo projeto começa com um motivo, ou melhor, com uma necessidade de justificativa. Sem ela, não há como estabelecer objetivos, parâmetros, metas ou argumentos. Antes da justificativa, um projeto é, no máximo, um vago desejo.

O caso do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos não foge a essa regra.

Esta pesquisa analisou os textos de apresentação no site do Parque, onde a criação do Parque é justificada pelo desejo de *“reverter o processo de esquecimento de São João Marcos, recuperando a memória dessa antiga cidade do Vale do Café Fluminense e, ao mesmo tempo, um espaço de preservação da natureza e de divertido aprendizado”*.³

Trata-se de um apelo poderoso à justificativa de existência do Parque, porém em que medida ele pode ser aferido?

Esta sessão do capítulo empenhou-se em investigar o argumento do esquecimento da cidade de São João Marcos, um dos fatores centrais usados na justificativa para existência e manutenção do funcionamento do Parque.

³ Trecho retirado do site do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

1.1 – CIDADES ESQUECIDAS: COMPONENTES, ESQUECIMENTOS, APAGAMENTOS E REMEMORAÇÕES.

O esquecimento é um fenômeno intrinsecamente ligado à lembrança: ele é parte indissociável da memória e muito já se considerou sobre a impossibilidade de existência desta última sem o primeiro. Desde a declaração de Santo Agostinho de que “é a memória que retém o esquecimento” (*Confissões* X, XVI, 24), até reflexões de Ricoeur considerando que uma memória, sem esquecimento seria monstruosa (2007, p.424), não se pode separar esses dois elementos, ainda que, no primeiro exemplo, o esquecimento fosse temido por seu autor, que o considerava um local de sepultamento da memória, e, no segundo, seja considerado indispensável.

Esta associação entre memória e esquecimento será o tema central deste capítulo, que busca investigar a hipótese de que uma cidade inteira – São João Marcos – foi esquecida por 70 anos.

Segundo informações contidas no livro “São João Marcos: patrimônio e progresso” (SERRA, 2011) esta foi uma cidade cuja história de fundação se assemelha a muitas outras do período colonial do Brasil, especialmente na região Sudeste. Suas terras passaram rapidamente, nas primeiras décadas do século XVIII, de povoado construído ao redor de uma capela, à vila, província, cidade e município.

Localizada em posição estratégica, prosperou rapidamente com a construção da primeira estrada de rodagem do Brasil (que ligava Paraty ao Rio de Janeiro, oferecendo um caminho por terra para o transporte do ouro) e alcançou seu apogeu econômico na Era do Café, tendo sido responsável por 1% de todo o café produzido no país.

Assim como diversas outras cidades coloniais, também encontrou o início de sua derrocada financeira com o fim da escravidão e esgotamento do potencial de suas terras para o café. No entanto, este é o ponto onde o destino da cidade começa a se diferenciar.

Seu auge econômico foi tão intenso, que, mesmo décadas após sua perda de relevância neste sentido, ainda era referência cultural na região. O conjunto arquitetônico de seu perímetro urbano foi, inclusive, tombado no mesmo ano que Ouro Preto pelo SPHAN. A cidade também contava com avançado nível de desenvolvimento para a região e já no século XX servia de polo cultural para os municípios no entorno, uma vez que dispunha de cinema, teatro e dois clubes desportivos, além de atrair multidões (Serra,

2011) para suas festas e comemorações tais como carnaval, folias de reis, festa do padroeiro, entre outras.

Ironicamente, a posição geográfica que serviu como impulso inicial para sua prosperidade também selou seu destino de destruição. Situada em torno de rios e mananciais, teve sua demolição decretada para a ampliação da Represa de Ribeirão das Lages na década de 40.

A desapropriação aconteceu de maneira traumática. Mesmo após o tombamento por parte do SPHAN (que aconteceu devido à petição de um grupo de moradores, liderado por Luís Ascendido Dantas), o então presidente, Getúlio Vargas, decretou o destombamento e manteve os planos de inundação do local. Os moradores (apenas aqueles que eram proprietários de seus imóveis) foram obrigados a vender suas casas à empresa “Companhia de Carrís, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro” (atual Light), responsável pela represa, e, segundo depoimentos em entrevistas a diversos ex-moradores⁴, as casas eram demolidas assim que as famílias as deixavam, debaixo de seus próprios olhos. As famílias deixavam a cidade ao som das marretadas que estavam destruindo sua casa e os que ainda permaneciam tinham que conviver com as ruínas do que um dia tinham sido a casa de seus vizinhos. Até que, finalmente, toda a cidade foi desocupada.

Neste primeiro momento, de acordo com depoimentos de ex-moradores, não houve um reassentamento dos moradores da cidade. Cada família se mudou para onde suas finanças permitiam e assim a comunidade inteira foi espalhada.

O terreno referente ao antigo centro da cidade ficou vazio por cerca de 70 anos, até que, em 2011, foi construído no local o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, com o objetivo de evidenciar as ruínas e resgatar e fomentar a memória da cidade. Para isto, a equipe responsável pela idealização do Parque se baseou em pesquisas históricas, em narrativas de ex-moradores da cidade e no recolhimento de acervos fotográficos. Além disso, também houve uma pesquisa arqueológica inicial que buscou identificar as ruínas e vestígios materiais encontrados na região correspondente ao centro

⁴ Estes depoimentos foram dados ao Instituto Cultural Cidade Viva. Foram recolhidos depoimentos em 2011, por ocasião da criação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, em 2012, para o documentário “Mulheres de São João Marcos” e em 2014 para o documentário “Afromarcossenses”. Os três documentários estão disponíveis ao acesso público na internet, porém o material não editado destes depoimentos faz parte do acervo desta instituição, ao qual tenho acesso, bem como permissão para citar, por fazer parte de sua equipe.

da extinta cidade. O resultado deste trabalho é o que se apresenta, atualmente, como a memória de São João Marcos.

Um dos principais argumentos⁵ oferecidos pela equipe de gestão deste parque arqueológico para o desenvolvimento deste trabalho é o de que a cidade ficou esquecida por setenta anos, sendo a missão do parque “resgatar” essa memória.

Para investigar a hipótese de que a cidade foi, de fato, esquecida, serão desenvolvidos os seguintes tópicos de argumentação:

Em primeiro lugar, é importante definir conceitualmente os limites da cidade à qual se atribuirá o esquecimento, não considerando apenas suas fronteiras político-geográficas, mas a abrangência do espaço onde se reuniam indivíduos que se consideravam seus moradores.

O próximo passo será responder à questão que se apresenta como central para justificar o tema: “quem esqueceu?”. Quando se fala em uma cidade cujos ex-moradores, ou gerações próximas, ainda estejam vivos, é imperativo considerar que existam memórias individuais desta localidade mesmo após o seu fim efetivo. Sendo assim, como justificar o termo “esquecimento” e a quem ele será atribuído?

Após resolver estas demandas, poderemos iniciar uma investigação acerca de processos que podem ter levado ao esquecimento da cidade em questão. Por considerar pertinentes à trajetória de São João Marcos, selecionamos para bibliografia principal deste capítulo autores que associam o esquecimento ao trauma e aos abusos da memória, bem como a elementos políticos e ideológicos. Os principais autores utilizados neste sentido serão Pollak e Ricoeur. No entanto, também dialogaremos com algumas reflexões de Assman e Foucault acerca destas questões.

Por fim contemplaremos o fenômeno de reconhecimento do esquecimento, seguindo a hipótese de Ricoeur de que “é a memória, no momento do reconhecimento do objeto esquecido, que testemunha a existência do esquecimento” (RICOEUR, 2007 p111).

Os objetivos principais deste capítulo é o de aferir o argumento do esquecimento da cidade, refletir sobre o esquecimento como um fenômeno que pode atingir não somente a indivíduos, mas também a coletivos – neste caso, a uma cidade inteira – e sobre a forma

⁵ Estes argumentos são utilizados nas justificativas dos projetos escritos pela equipe, além de em de diversas palestras e exposições sobre o trabalho do Parque.

como esse esquecimento pode ser transformado em uma nova atualização de sua própria memória.

1.1.1 A CIDADE DE QUE SE LEMBRA: PARA ALÉM DAS DELIMITAÇÕES INICIAIS

Uma vez que trataremos da memória e esquecimento de uma cidade, a saber, São João Marcos, é importante especificar que memória é essa que foi esquecida, ou, antes disso, que cidade é essa que foi esquecida?

Quando se pesquisa as tentativas de definição do conceito de cidade é possível perceber uma variedade de considerações e problemáticas que irão guiar estas definições para conclusões bastante diferentes de acordo com a Disciplina ou a finalidade para a qual se busca essa definição. A Geografia, por exemplo, irá encontrar seis definições com bases históricas para este conceito em seis períodos diferentes, apenas entre os séculos XIX e XX (VASCONCELOS, 2015), enquanto órgãos públicos, meios de comunicação e instituições de pesquisas mercadológicas estarão mais preocupados com questões ligadas à demografia, características políticas, socioeconômicas e culturais.

Nesta pesquisa, definiremos a cidade a partir de questões que parecem de maior relevância para o âmbito da Memória Social.

A definição de cidade pode ser tomada como uma localidade específica e especificamente denominada, cujas características que se decidirem como oficiais englobarão os seus habitantes e excluirão todos aqueles que se encontram fora do seu perímetro. Por outro lado, podemos tomar emprestado de Foucault (1984) a proposição de substituir a localização por posicionamentos, entendendo que o problema do posicionamento humano vai além do lugar, mas que:

“é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para se chegar a tal fim” (p. 413).

Enquanto na primeira opção temos um caminho mais facilmente definido no espaço e no tempo, a segunda alternativa parece oferecer um panorama mais completo do ponto de vista da complexidade de relações que usualmente se percebe nas cidades, especialmente quando se pretende investigar um longo período de tempo ou um vasto espaço territorial.

Para tomar esta decisão, parece indispensável refletir sobre a cidade que se quer estudar, e a extensão da memória que se pretende tomar por esquecida neste texto. Examinemos, então, o exemplo da cidade de São João Marcos.

São João Marcos foi uma cidade que teve seu início em 1733, com a construção de uma capela em homenagem ao santo homônimo (OLIVEIRA, 2014). Localizada na serra entre Mangaratiba e Angra e dos Reis, chegou a servir de abrigo para D. Pedro II em sua jornada até o Ipiranga e estava à beira da Estrada Imperial, primeira estrada de rodagem do país, que serviu para o transporte do ouro levado de Paraty até o Rio de Janeiro.

O auge econômico da cidade se deu na Era do Café, no século XVIII, período no qual essa iguaria era a principal fonte de riqueza do Brasil e as fazendas de São João Marcos respondiam por 1% de toda a produção do país.

Tal importância econômica resultou num rico conjunto arquitetônico e num estilo de vida sofisticado. Seus moradores sustentavam com orgulho o título de “cidadão marcossense” mesmo muito depois do declínio econômico da cidade, que se iniciou com a decadência do café na região.

Como já foi dito anteriormente, mesmo com a perda de sua importância econômica, a cidade apresentava um alto padrão de desenvolvimento sociocultural para a região. (OLIVEIRA, 2014) Tantos seus ex-moradores quanto moradores da região em seu entorno referem-se à intensa vida cultural da cidade, que era referência local no carnaval, festas religiosas e campeonatos esportivos, incluindo recursos culturais que, mesmo hoje, não se encontra na cidade vizinha (Rio Claro), como cinema e teatro.

É importante ressaltar que tais equipamentos culturais se situavam no centro urbano da cidade. No entanto, grande parte de São João Marcos era formada por fazendas, mesmo após o declínio do café. Pelo que se pode apurar das entrevistas à ex-moradores e pelos textos de SERRA (2011) e OLIVEIRA (2014) já nas primeiras décadas do século XX a cidade apresentava grandes desigualdades sociais, econômicas e culturais, a começar pela própria prática da religião cristã, visto que a Igreja Matriz se destinava à “elite” e a Igreja do Rosário servia para a congregação dos negros e pobres. Soma-se a esse exemplo de segregação social o fato de que a cidade tinha dois clubes: o Marcossense – para a elite – e o Prazer das Morenas – mais popular.

Além disso já se percebia grandes desigualdades econômicas, não apenas entre centro urbano e área rural, mas inclusive dentro destes núcleos: no centro urbano havia os comerciantes e os empregados, nas fazendas havia os grandes proprietários e os trabalhadores braçais – já não mais escravos, mas ainda desprovidos de bens e de status social.

Ainda assim, todos os ex-moradores cujas entrevistas puderam ser analisadas – sejam provenientes do centro urbano, das famílias de proprietários ou dos trabalhadores rurais – referiram-se a si mesmos como “marcossenses” ou “ex-moradores de São João Marcos”, não importando tanto (já neste momento das entrevistas) o quanto os conflitos os faziam diferentes entre si, mas, apesar dessas diferenças, compartilhavam uma identidade em comum: “Somos de São João Marcos”.

A questão que importa aqui é que, mesmo na era de sua decadência econômica, São João Marcos ainda era vista por seus moradores como “lugar de riqueza, poder e grandiosidade” (OLIVEIRA, 2014) e esta visão parece, pelo menos nos depoimentos, sobrepujar a condição social que esses indivíduos ocupavam na cidade.

Será que estes indivíduos já se sentiam “cidadãos marcossenses” nesta mesma intensidade na época que viviam suas vidas nessa cidade? Ou será que o luto pela cidade destruída tenha exacerbado este sentimento de pertencimento? Certamente será válido um estudo posterior, mais aprofundado, sobre essa questão. No entanto, o propósito desta sessão é delimitar a cidade de São João Marcos, ou melhor, à identidade desta memória que será tomada por referente em relação ao seu esquecimento neste trabalho.

Partindo das considerações que nos levaram até aqui, percebemos que a história desta cidade, bem como a memória dos marcossenses a seu respeito, está relacionada, desde seus primórdios até sua ruína, a questões do colonialismo de exploração, apogeu econômico, escravidão e legado africano, cristianismo, desenvolvimento econômico e um intenso patrimônio cultural.

Quando observa o processo de formação da memória a partir da identidade, Pollak também considera que:

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (1992 pg.204)

A identidade, aqui, parece começar a se insinuar como o caminho a ser seguido, para uma definição da memória de São João Marcos, uma vez que indivíduos provenientes de realidades socioeconômicas, culturais e até características geográficas tão distintas se auto intitulam “marcossenses”, mesmo tendo pouco em comum além desta designação.

Temos ainda a questão dos silêncios que essa identidade marcossense parece omitir. Silêncios embutidos em sua reivindicação por glória – construída a partir da escravidão – silêncios a respeito das desigualdades já apontadas acima, e até mesmo da injustiça política de sua destruição – omitindo o fato de que a cidade ainda conservava movimentos de apoio à volta do imperialismo em plena república (SERRA, 2011). Há ainda um silêncio fundamental neste discurso da “glória marcossense”: o de que a cidade já havia, há muito, perdido relevância econômica e se tornado distrito do município vizinho.

Tais silêncios não caberiam numa concepção aceitável da identidade marcossense – para os indivíduos que a reivindicam – já que estes a proclamam como uma cidade marcada pela glória, pela modernidade e pela injustiça final. Mas há ainda outro tipo de identidade, que é a identidade à qual este texto irá se referir: uma “identidade rizoma” conforme proposta por Gondar (2016), baseada nas multiplicidades das relações dentro do grupo que representa e formada a partir de rastros e vestígios. Uma memória que não se presta apenas a conservar o que um indivíduo – ou grupo – diz e pensa de si mesmo, mas que está disposta a incluir evidências sobre si mesma.

Desta forma, descartando uma definição de São João Marcos que se atenha apenas a questões geopolíticas ou a um conjunto de características de um grupo específico de habitantes, iremos considerá-la através de uma identidade que inclua não apenas os discursos que os marcossenses fazem de si mesmos, mas também leve em consideração os fatos e silêncios que estão ocultos nestas narrativas.

1.1.2 SUJEITOS QUE LEMBRAM, COMUNIDADES QUE ESQUECEM. QUEM PERGUNTA “CADÊ A CIDADE QUE ESTAVA AQUI”?

Esta sessão se dedica a averiguar o fenômeno do esquecimento coletivo ao qual São João Marcos teria sido sujeita durante um período de quase 70 anos, segundo a hipótese investigada por este capítulo.

Podemos perceber, tanto em Ricoeur quanto em Pollak que é possível que um objeto sofra um esquecimento coletivo, ainda que alguns sujeitos ainda conservem individualmente sua lembrança. Isto nos leva a algumas reflexões estratégicas sobre o próprio esquecimento, que serão úteis para logo em seguida entrarmos no “esquecimento coletivo”.

Em suas investigações a respeito do esquecimento, RICOEUR (2007) irá recorrer a um conceito apresentado por Bérigson denominado “lembrança pura”, a quem atribuiu uma impotência radical em seu estado latente. Trata-se de uma memória puramente virtual, anterior à memória que pode ser propriamente percebida, embora nela estejam contidas as informações necessárias para a atualização de uma memória. Desenvolvendo este conceito, Ricoeur propõe que essa lembrança pura constitua, na verdade, um profundo nível de “esquecimento de reserva”, uma vez que estas lembranças estariam no campo daquilo que não é percebido, da impotência:

“A título de que, então, a sobrevivência da lembrança teria valor de esquecimento? Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança na condição do “virtual.” Portanto, não é mais o esquecimento que a materialidade impõe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso. O esquecimento designa então o caráter desapercibido da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência.” (2007 p.448)

Este é o nível de esquecimento que se poderia atribuir a São João Marcos. Um esquecimento que não consiste no apagamento de rastros, mas no desuso e latência, que não se encontra tanto na consciência, uma vez que a memória da cidade não era atualizada ou percebida, mas que teria caído por setenta anos em desuso.

Aceitando temporariamente a premissa do esquecimento pelo viés do *nível de esquecimento de reserva*, o próximo passo, já entrando na questão do esquecimento

coletivo, será propor uma diferenciação entre aqueles que lembram e aqueles que esquecem. Ao tomarmos por referência a memória de uma cidade que foi extinta, quais são os grupos de indivíduos ou instituições que dela se recordam?

Consideremos a proposição de Ricoeur (2007) para três sujeitos de atribuição da memória: eu, os coletivos e os próximos. “Eu”, se refere à memória individual, enquanto os coletivos e os próximos estão no campo da memória coletiva.

No capítulo “A memória”, Ricoeur (2007) utiliza a fenomenologia como método para avançar de um ponto inicial da memória individual até alguns desdobramentos mais sofisticados da memória coletiva, como o conceito de fenômeno transgeracional, que consiste na divisão dos indivíduos de dada comunidade em três categorias: contemporâneos (aqueles que envelhecem juntos), predecessores (antepassados dos contemporâneos) e sucessores (geração posterior aos contemporâneos); estes indivíduos representam respectivamente a simultaneidade, a memória e a expectativa.

Aos contemporâneos, a quem é atribuído o fenômeno de “envelhecer juntos”, cabe o protagonismo no fluxo temporal: é em relação a eles que se determinarão quais as gerações consideradas passadas – cuja memória eles carregam – e quais as gerações consideradas futuras – nas quais depositam suas expectativas. “A experiência do mundo compartilhada repousa numa comunidade tanto de tempo quanto de espaço” (2007, p.140).

O fenômeno transgeracional pode ser uma ferramenta útil para refletirmos sobre esquecimento de São João Marcos, uma vez que o aplicamos ao período em que se atribui o esquecimento à cidade, ou seja, os setenta anos que sucederam a destruição da cidade. Aqui, temos uma comunidade que sofre uma ruptura nessa função transgeracional de seus indivíduos. Eles não mais compartilham do mesmo espaço – que, inclusive, deixou de existir – tampouco participam do processo de “envelhecer juntos”, uma vez que foram, em sua grande maioria, espalhados aleatoriamente. Tratam-se de indivíduos que subitamente tornaram-se memória de si próprios, últimos detentores de um passado que termina em sua linha temporal.

Esta ruptura torna-se ainda mais abrupta quando consideramos que ela também atinge as gerações mais jovens, que nem ao menos tinham ainda sucessores em seu referencial. Esta é a geração que ainda sobrevive até os dias de hoje e seus sucessores possuem uma memória de São João Marcos baseada puramente em fotos e narrativas.

Trata-se de uma memória cuja referência não tem como recorrer a uma experiência pessoal e acaba ancorando-se ainda mais fortemente na imaginação e na afetividade. Uma memória mais composta pelo esquecimento do que pelas memórias em si.

Deixando de lado, por um momento, o fenômeno transgeracional proposto por Ricoeur, podemos visitar esta questão da transmissão de memória às novas gerações em Pollak (1989). Aqui, não se trata de uma transmissão imediata, com a intenção de perpetuar uma tradição ou costume, mas tardia, com o objetivo de que a memória de um sofrimento ou injustiça vivida não caia no esquecimento.

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e a redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (1989 p.5)

Mais uma vez, somos remetidos à geração de crianças e pré-adolescentes que constituem o grupo em cujas narrativas se baseia o trabalho do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Ora, estes indivíduos passaram pelo menos uma década antes que pudessem ter a oportunidade de transmitir suas memórias de São João Marcos a seus sucessores, período no qual a cidade já não fazia mais parte de seu cotidiano e no qual tiveram de se adaptar a novos locais de habitação, onde a história de suas remoções não tinha como encontrar a mesma intensidade de indignação e tristeza, ainda que encontrassem ouvintes dispostos a escutá-la. Em resistência ao silêncio e esquecimento aos quais estavam submetidos diariamente, preservam as lembranças que podem da cidade: amigos, festas e é claro, aquela que jamais pode ser esquecida: a violenta destruição de sua comunidade.

O caráter subjetivo e pessoal destas lembranças volta a apontar para a impossibilidade de preservação de uma memória coletiva unificada de São João Marcos. Mesmo a destruição da cidade se deu de forma diversa para seus moradores: as fazendas foram as primeiras a ser evacuadas, na cidade, os moradores iam saindo aos poucos, o que significa que a memória destas mudanças é inteiramente diferente para os primeiros a se mudarem (estavam deixando pra trás uma cidade cheia dos indivíduos e objetos que faziam parte do seu cotidiano) e as últimas famílias a deixarem a cidade (que não só

passaram pelo trauma de ver sua comunidade aos poucos sendo esvaziada e demolida, como deixaram pra trás um cemitério deserto de restos de construções.

As considerações desenvolvidas até aqui nos apontam para o fato de que os indivíduos expulsos da cidade poderiam reter a memória da mesma e transmiti-la a seus sucessores, no entanto, esta memória transmitida já não era exatamente uma memória da cidade em si, mas das impressões que a cidade deixara no narrador. Uma memória inacessível (aos ouvintes) por experiência pessoal, cada vez mais difícil de ser atualizada, bem próxima à “sobrevivência da lembrança” à qual Ricoeur atribuiu o valor de esquecimento no trecho citado anteriormente.

Já no âmbito da memória pública, ou seja, uma memória que os “outros” – grupo que não é formado nem pelos que a viveram diretamente, nem pelos seus próximos – têm sobre uma comunidade, esse esquecimento toma formas ainda mais inconfundíveis, com suas memórias repousando por setenta anos quase que inteiramente no âmbito da latência, no silêncio de sua potencialidade, ou, como diria Ricoeur, no enigma de sua presença da ausência.

Como é possível que uma cidade inteira seja alvo deste nível de esquecimento em tão pouco tempo, especialmente na região onde teve tão grande representação econômica e cultural? Como foi que se reconheceu este esquecimento sete décadas mais tarde?

Estas serão as principais questões abordadas nas duas partes finais deste texto, cujas respostas serão buscadas através da apresentação de dados já recolhidos, reflexões sobre os dados apresentados e, eventualmente, provocações para o aprofundamento de pesquisas futuras.

1.1.3 SILÊNCIO E ESQUECIMENTO: A MEMÓRIA LATENTE DE UMA CIDADE CONTIDA EM SEUS RESTOS.

O esquecimento de São João Marcos, é uma questão que causa perplexidade não apenas entre a equipe e pesquisadores que estão diretamente envolvidos no trabalho de resgate – ou até recriação – desta memória, mas também nos próprios visitantes do Parque. *“Como é possível que eu nunca tenha ouvido falar sobre esta cidade?”* é um

comentário frequente ao final das visitas e através dos meios de comunicação com o Parque.

Nesta parte do texto pretendemos avaliar algumas questões apontadas por teóricos da memória como possíveis contribuições para um esquecimento nesta escala e que podem ter tido algum fator de influência no caso da cidade em questão, como o trauma e a manipulação da memória, que serão explicados mais adiante.

Até este ponto, três questões ficaram evidentes acerca do processo de destruição de São João Marcos: o caráter autoritário (do ponto de vista político), o caráter ideológico (tendo o progresso como justificativa principal) e o caráter traumático (na forma como as desocupações aconteceram).

Considerando que estes elementos estão presentes tanto nas reflexões de Ricoeur acerca dos abusos da memória e do esquecimento (2007), quanto em Pollak (1989), parece interessante abordar o esquecimento a partir de seu estudo.

No entanto, para contrabalancear o aspecto quase vitimista que o estudo destes temas poderia nos insinuar ao tratarmos do autoritarismo do Estado e do poder silenciador do discurso ideológico dominante, é interessante considerar a proposta de Foucault (1979) a respeito do exercício do poder. Segundo ele, o poder nunca é mantido, mas é alvo de constantes “pequenas partidas singulares” pelo seu exercício, embora admita que “certamente há no campo social uma classe que, estrategicamente, ocupa uma posição privilegiada e que pode se impor, acumular vitórias e obter em seu proveito um efeito de superpoder.” (pg.47)

Algumas destas “pequenas partidas” já foram mencionadas anteriormente neste texto, como o fato de a cidade ter sido tombada, após solicitação de sua comunidade – liderada por Luís Ascendido Dantas – numa tentativa de evitar seu alagamento. Ao ler a ata da reunião de deliberação do SPHAN (1939) a respeito do tombamento de São João Marcos fica claro que houve por parte do governo federal uma tentativa de vencer esta batalha no campo da apresentação de argumentos. Consta que o “diretor do serviço de águas e esgotos do Distrito Federal, por deferência do Senhor Ministro da Educação e da Saúde para com o conselho, aquiesceu em prestar pessoalmente as informações “[...]sobre os diversos aspectos do projeto em execução para elevar a barragem do Salto no Ribeirão das Lages”.

O documento deixa claro que houve uma tentativa em participar das discussões com a sociedade civil e “convencê-la” sobre a importância do alagamento da cidade. Esta tentativa, no entanto, foi derrotada, de modo que ao final da reunião, mesmo após ouvir os argumentos oficiais, o conselho votou pelo tombamento da cidade. Foi só então que o Presidente Getúlio Vargas, valendo-se de sua “posição privilegiada”, impôs a sua decisão, através do decreto de destombamento da cidade (1940) e da ordem para desapropriação da mesma.

Portanto, embora para este trabalho seja mais pertinente utilizar os conceitos que falam sobre efeitos da dominação – por terem clara relevância e correspondência com os acontecimentos apresentados – é interessante também não se perder de vista o caráter dinâmico desta relação. Aqui, a São João Marcos não será apresentada como uma vítima passiva das decisões governamentais e metodológicas, mas sua memória apresentará, dentro do possível, iniciativas de resistência tanto no âmbito da política, quanto nos círculos mais internos como culturais e familiares.

Contudo, não parece suficiente que unicamente a destruição de uma cidade, ainda que de forma traumática, seja motivo para seu esquecimento. Em algumas circunstâncias esta mesma destruição poderia ter gerado o efeito contrário, elevando à memória da cidade a esforços extremos de preservação e rememoração como é o caso da Lídice da República Tcheca, por exemplo, que, após sua devastação durante a Segunda Guerra Mundial, teve diversos povoados fundados em sua memória – e com seu nome – ao redor do mundo.

Este tipo de esquecimento pode começar a ser estudado através da perspectiva que Ricoeur vinculou à memória manipulada. Trata-se de um esquecimento possibilitado pelo ato de seleção no manejo da narrativa oficial, afinal, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela.” (2007 p. 455)

Analisando o caso de São João Marcos, esta manipulação certamente parece uma característica pertinente. Tendo sido destruída num período de ditadura, através de dispositivos altamente controversos, como o destombamento da cidade, a desapropriação de imóveis (mediante uma indenização cujos cálculos não se conhece e que só foi paga aos proprietários) e a demolição de duas igrejas, por exemplo, São João Marcos rapidamente se tornou um tópico oficialmente esquecido.

O discurso ideológico do progresso rapidamente se opôs à reivindicação pela preservação patrimonial da cidade, sendo, inclusive, o argumento oficial utilizado contra o tombamento da cidade, como se pode ver nos registros do processo disponibilizados pelo portal do IPHAN.

São João Marcos já havia sido reduzida de município para distrito e sua população contava apenas com cerca de 4.600 moradores na época de seu destombamento, na década de 40 (SERRA, 2011). Diante da ênfase na crise hídrica da década de 30, que atingia a capital do país, o alagamento desta pequena comunidade dificilmente poderia ser considerado mais importante do que o progresso da ampliação de um reservatório e sua usina hidrelétrica, neste caso, a Usina de Ribeirão das Lajes.

Esta mudança de ênfase também interfere diretamente na qualidade da audiência que os ex-moradores encontrariam em seus novos destinos, e, conseqüentemente um possível silenciamento por parte destes. Como apontado por Pollak, “para relatar seus sofrimentos uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta.” (1989 P.6). Neste caso, além de todas as dificuldades em se tentar configurar uma vida em um novo local, eles ainda teriam a dificuldade de explicar a injustiça sofrida para um público que já havia sido informado que tal injustiça era na verdade pequeno sacrifício necessário pelo bem do país.

No entanto, antes de concluir suas reflexões a respeito da manipulação da memória, Ricoeur aponta para o caráter de semi-cumplicidade entre os atores deste esquecimento (aqueles que esquecem, os esquecidos e os que fazem esquecer). Segundo ele, esse tipo de esquecimento não seria possível se não houvesse um esquecimento de fuga, a recusa em tentar se informar, um “querer-não-saber.” Com esta crítica a uma passividade quase conivente por parte da sociedade em relação ao discurso ideológico do progresso sobrepondo-se à tradição, podemos passar à uma etapa mais subjetiva e provocativa desta investigação.

O próximo exemplo de processo de esquecimento que será apresentado está numa interessante posição de incógnita. Ele poderia ser classificado tanto como ferramentas de manipulação intencional da memória coletiva quanto como o que Ricoeur apontaria como sintoma involuntário de uma comunidade que passou por um trauma. Não há, até o presente momento, informações suficientes para nos levar a decidir sobre uma ou outra

classificação, mas parece uma boa oportunidade para considerar conceitos ligados às duas possibilidades. Trata-se do confinamento dos arquivos de São João Marcos.

Quando São João Marcos foi destruída, os documentos de seus cartórios foram encaixotados e entregues à prefeitura do município de Rio Claro, onde permanecem até hoje e, inclusive, já tive a oportunidade de ver pessoalmente, por ocasião de meu trabalho no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Lá, não apenas perderam qualquer tipo de catalogação e a possibilidade de acesso ao público, como também ficaram por muitas décadas completamente esquecidos, entregues à deterioração, até que, no início da década de 2010 um projeto da prefeitura do município começou um processo de higienização e tentativa de organizar esse acervo.

Consideremos agora a importância e função política dos documentos:

Aleida Assman (2009) inicia a terceira parte de seu livro “Espaços de recordação” com uma breve reconstituição da história dos arquivos, relacionando-a diretamente ao registro e armazenamento de documentos de ordem administrativa e comercial. Segundo a autora,

“como os documentos não se decompunham naturalmente após o seu uso, eles constituíam um resíduo que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado.” (p.367)

Com efeito, boa parte dos documentos de São João Marcos, aos quais tive acesso, é de ordem administrativa e econômica, recibos por serviços prestados, venda de terrenos, tributos, testamentos e até venda de escravos. Trata-se de um rico acervo que data do século XVIII e, se catalogado corretamente, poderia contar diversas histórias sobre o desenvolvimento da cidade, das famílias, e da vida comercial desde sua fundação até seu fim, na década de 30.

A importância política dos documentos e arquivos também é apontada por Jô Gondar (2016), em seu texto “Cinco proposições sobre memória social”. Para a autora, a preservação e arquivamento de documentos é uma escolha consciente da sociedade que escolheu conservá-los e disponibilizá-los como testemunho de sua memória.

Levando em conta essas reflexões não é difícil imaginar como o confinamento dos arquivos de São João Marcos poderia ter sido uma estratégia intencional para que se parasse de pesquisar sobre a cidade, ou até mesmo, para que não houvesse reivindicações futuras quanto às indenizações sobre as terras alagadas. Não apenas uma cidade inteira

foi destruída, como todos os seus registros foram retirados de circulação. Desde registros de nascimentos e óbitos até compras de propriedades e até mesmo recibos por serviços prestados.

Muito além de um mero empecilho burocrático, qualquer informação histórica, econômica ou social que estes documentos pudessem guardar foi simplesmente esvaziada de seu valor. Se formos levar em conta a proposição de que “controle do arquivo é controle da memória” (Assman, 2009 p. 368) o abandono destes arquivos ganha nítidos contornos de reafirmação de um grupo vitorioso após um triunfo político.

Um possível argumento contra esta teoria, contudo, é o fato de que os documentos foram guardados, ao invés de prontamente destruídos.

Podemos, no entanto, analisar o confinamento destes arquivos sob outro viés hipotético: o do trauma e da melancolia. Ricoeur aponta para a capacidade que a melancolia tem de diminuir o valor que um indivíduo ou grupo reputa a si mesmo, enquanto Pollak discorrerá sobre a dificuldade de grupos em rememorar momentos traumáticos.

Ao tratar dos abusos da memória, Ricoeur, dialogará com os conceitos freudianos de trauma, luto e melancolia para propor um estudo da “patologia da memória coletiva” (2007, p. 85). Segundo o autor, é possível que uma comunidade que sofreu um trauma ou teve uma memória ferida pode desenvolver uma melancolia a respeito deste episódio, que compartilha das mesmas características da melancolia individual descrita por Freud, entre estas, a diminuição do sentimento de si, a desvalorização de si mesmo. Desenvolvendo essa hipótese para o caso dos arquivos de São João Marcos, é possível que uma comunidade em estado de melancolia não perceba o valor de um arquivo contendo documentos da cidade vizinha que acaba de ser devastada, ou, ainda, que os evite, por consciência pesada, possibilidade também apontada pelo autor (p. 93).

Sob esse aspecto, outra imagem memória se forma: um grupo – seja de ex-moradores da cidade, seja de funcionários da prefeitura de um município que acabou de ter boa parte de suas terras alagadas – junta os documentos em caixas, melancólicos demais para dar valor a estes papeis, ou traumatizados demais para conseguir lidar com eles neste momento, e os relegam a alguma sala escura.

Neste caso, não há má-fé ou intenção de destruição dos vestígios. O desleixo para com essa documentação pode ser considerado como um sintoma da melancolia de um

grupo que teve seu valor esvaziado, ou que sofreu uma injustiça muito grande e ainda não sabe como processar esse trauma.

E assim os anos passam.

Encerramos nossas investigações sobre o processo de esquecimento de São João Marcos com mais proposições do que respostas finais. Certamente as reflexões acerca de mecanismos ideológicos, iniciativas frustradas de resistência, narrativas, responsabilidades, fatores traumáticos e até mesmo acasos que atuam sobre o fenômeno do esquecimento de uma cidade merecem uma pesquisa de maior extensão e densidade que este capítulo se propõe a explorar nesta deliberação inicial.

Tais proposições, no entanto, eram o objetivo principal desta seção, assim como as provocações que trazem consigo. Desta forma, passemos à última etapa deste curioso caminho, que ao propor a hipótese do esquecimento de uma cidade, automaticamente propôs que ela tenha sido rememorada.

1.1.4 SOBRE RUÍNAS E MADELEINES: RECONHECIMENTO, REMEMORAÇÃO E IMAGINAÇÃO NO PARQUE ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS.

Em sua famosa passagem de “No Caminho de Swann”, Proust nos descreve belamente um momento de rememoração espontânea. Ao provar uma *madeleine*, o personagem experimenta uma espécie de *déjà-vu*, um reconhecimento de algo que não consegue, à princípio identificar. Inicia-se então um processo de investigação que inclui diversas estratégias: repetição da ação que provocara o reconhecimento inicial, uma busca consciente pela informação dentro de si mesmo, distração intencional, até que finalmente, após o fracasso de todas as tentativas anteriores, ele desiste. E é então que algo curioso acontece: ainda com a impressão que o pequeno biscoito havia lhe causado, ele começa a pensar outra vez nos aborrecimentos de seu dia. Esses aborrecimentos acabam acidentalmente se tornando o *link* entre a *madeleine* e a memória perdida, uma vez que lhe lembram a sensação de sofrimento que ele associava à Combray. Neste momento irrompe a memória que vinha buscando e que nem ao menos lembrava de ter perdido, considerando, contudo, que certamente esta memória também é composta por elementos de sua própria criação.

Ainda que o exemplo acima se refira a uma memória individual, podemos imaginar que o mesmo processo seja aplicável a uma memória coletiva, não apenas aos ex-moradores da cidade, mas também aos seus “próximos”, ou seja, parentes, amigos e outros indivíduos que também tiveram acesso às narrativas acerca da memória da cidade. No entanto, não precisamos nos ater apenas a esses dois sujeitos. O trabalho realizado no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos aponta para o ressurgimento desta memória num âmbito mais abrangente, uma vez que ela começa a se comunicar mesmo com aqueles que não tiveram acesso pessoal ou próximo à cidade. Trata-se de uma memória que Pollak irá classificar como “memória oficial”, uma vez que começa a fazer parte de um discurso que se integra à história do país e recebe apoio – inclusive financeiro – do próprio Estado (via leis de incentivo à cultura) para sua propagação.

A seguir, iremos analisar o ressurgimento da memória de São João Marcos, incitada pelo trabalho do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos por três vieses: o de ex-moradores da cidade, o de pessoas próximas a esses ex-moradores e o do público em geral, que não teve contato com a história da cidade anteriormente. Segundo a classificação proposta por Ricoeur (2007) trataremos destes dois últimos sujeitos como os “próximos” e os “outros”, respectivamente.

É fácil imaginar como um passeio em meio às ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode provocar lembranças aos ex-moradores da cidade. E isso de fato acontece. O reconhecimento das ruas, esquinas e fotografias é evidente nestes indivíduos, embora nem por isso esteja desprovido da criação e imaginação dos mesmos no momento de atualização destas memórias. Em depoimento a um documentário colhido em 2011, por exemplo, um ex-morador exclama: “Aqui, as pessoas só faltavam carregar a gente no colo.” Enquanto outro faz menção às riquezas e ouro que fazem parte da história da cidade, mesmo que em sua época ele já não os tivesse presenciado, uma vez que a cidade já atingira seu ocaso econômico. Pollak (1992) irá explicar este último fenômeno de localização de uma memória fora de seu espaço-tempo, classificando-a como uma memória herdada. Uma memória que, segundo o autor, é

“a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. (1992, p. 204)

Ainda assim, percebe-se nitidamente uma fagulha de reconhecimento, provocada por um vestígio (ou indício), que prontamente estimula um trabalho de tentativa de rememoração, trazendo consigo elementos próprios e pertinentes a este tipo de trabalho – incluindo a imaginação.

Passamos, então, ao segundo sujeito a quem atribuímos anteriormente o esquecimento e a quem atribuiremos agora o reconhecimento: os “próximos”.

Mais uma vez, fica claro o apelo à rememoração. Embora não seja mais uma memória diretamente experimentada, há um vínculo claro com personagens, acontecimentos e lugares familiares. É comum, durante as visitas, ouvir depoimentos como: “‘meu pai’, ‘minha avó’, ou, até mesmo, ‘a mãe de meu amigo’ morou aqui”. Isso acontece porque esses visitantes “próximos”, ao perceberem o apelo à rememoração, imediatamente reconhecem o vínculo que os liga à cidade e através deste vínculo, passam a considerar participantes desta memória. E eles estão corretos. Pollak classificou este tipo de memória como “vívida por tabela”, uma memória que, apesar de não se situar no espaço-tempo do indivíduo, provoca nele uma identificação quase tão forte quanto a memória herdada, explicada no parágrafo anterior. Eles participam da memória de São João Marcos no momento em que a atualizam. As narrativas que ouviram, histórias que conheceram, fotografias que viram os inclui na memória da cidade. Eles podem estar “vivendo por tabela” o acontecimento da destruição da cidade, as festas das quais ouviram falar, e que aconteciam na mesma rua que eles percorrem no passeio, ou, até mesmo, um personagem da cidade sobre o qual já ouviram muito a respeito. A questão é que estes indivíduos passam a se inserir na identidade de São João Marcos. Obviamente eles não chegam a se julgar ex-moradores, mas certamente compartilham de uma identidade que consideram privilegiada a respeito da cidade, tanto que sempre fazem questão de se identificar: “‘meu pai’, ‘minha avó’, ou, até mesmo, ‘a mãe de meu amigo’ morou aqui”. Eles não são “meros” visitantes do Parque. Eles *fazem parte* desta memória.

O terceiro sujeito a quem pretendemos provocar com esta memória – os outros – não tem vínculos pessoais ou afetivos com a cidade. Da mesma forma que seu esquecimento se deu no âmbito da memória pública, assim também ocorre o reconhecimento. As partes familiares da história de São João Marcos apresentadas no Parque – o café, a passagem de D. Pedro II, o caminho do ouro – servem como âncoras de pertencimento, que permitem que este grupo reconheça a relevância desta memória

perdida como sendo parte de uma memória que deveria também lhes pertencer. O esquecimento oficial desta memória, por tanto tempo, torna-se um fator especial de sua relevância no momento de sua rememoração.

Sobre este reconhecimento da memória, cuja ênfase se encontra exatamente no fato de ter sido esquecida, Ricoeur irá declarar: “aparecer, desaparecer, reaparecer. Nesse caso o reconhecimento ajusta – ajunta – o reaparecer ao aparecer por meio do desaparecer.” (2007, p.437)

Assim, o Parque se apresenta como aquela primeira *madeleine* que traz consigo, em suas fotografias, acervos, ruínas e silêncios, apenas uma quantidade de informação suficiente para provocar o trabalho de rememoração em seus visitantes. As ausências que expõe – ruas sem casas, alicerces sem construção, igreja sem paredes – são o local onde a imaginação do visitante será convidada a ajuntar impressão e informação, de forma a criar a memória da cidade que irá reconhecer.

Mas há ainda outro fator a se considerar a respeito do reconhecimento da memória desta cidade: a questão dos rastros que foram evidenciados para que este reconhecimento fosse possível.

Jô Gondar (2016) alerta para o fato de que a memória não se reduz a representação. Ainda que o principal trabalho efetuado no Parque seja o da evidenciação dos rastros (materiais e informacionais), com o intuito de que os mesmos possam representar a memória de São João Marcos, é importante ressaltar que estes rastros não encerram em si a memória de fato da cidade. Estas representações são apenas uma parte do processo de criação desta memória.

É importante considerar que há sempre uma escolha do que será lembrado e apresentado, não necessariamente sob um viés ideológico de censura e manipulação, mas porque, como já foi visto anteriormente, é impossível lembrar-se de tudo.

Há também elementos que, mesmo que se quisesse, não poderiam ser representados: impressões, sensações e outros elementos no campo subjetivo que, certamente, fizeram parte do cotidiano desta cidade e que hoje estão disponíveis apenas através da curiosidade, questionamento e imaginação de cada visitante.

Cerca de pouco tempo atrás, enquanto caminhava pelo Parque, observei dois alunos sentados de frente para um amplo espaço vazio e comentando: “Aposto que aqui tenha uma casa.” Ao que o outro respondeu: “Não. Devia ser um campo de futebol.”

Nenhum dos dois procurou a monitora para saber quem estava certo. Para eles isso não importava. Eles haviam provado a *madeleine* e iniciaram seu próprio processo de recriação desta memória, utilizando a imaginação e a sensação que o espaço lhes causava.

E ali, naquele momento, para aqueles dois, a cidade vivia novamente, com suas possibilidades de ocupação e vida social. E vive novamente, cada vez que é recriada por seus visitantes que provam o sabor estimulante da memória de uma cidade esquecida.

1.1.5 ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO

Lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além de fases de esquecimento coletivo. Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para eles, e ali encontram uma paisagem, monumentos ou ruínas. Com isso ocorrem “reanimações”, nas quais tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar. (Assman, 2009 p. 25)

No decorrer deste capítulo pudemos refletir sobre o surgimento, desaparecimento e esquecimento da cidade de São João Marcos, passando pela consideração a respeito das possíveis causas deste esquecimento e culminando na atualização – ou recriação – desta memória.

A hipótese utilizada empiricamente na construção dos textos de justificativa dos projetos do Parque, pode ser averiguada, se tomada sob a proposição de Ricoeur a respeito de um *nível de esquecimento de reserva*, além de poder ser atribuída aos sujeitos da memória neste estudo denominados como os *próximos* e os *outros*.

Pensar sobre o esquecimento de uma cidade nos leva a ponderar sobre diversos elementos incluídos neste esquecimento: identidades, tradições, hábitos sociais e econômicos e até mesmo aspectos negativos sobre esta memória como injustiças sociais e posicionamentos políticos questionáveis.

Para atualizar esta memória não basta apenas lembrar o nome da cidade, assim como não basta apenas lembrar-se de que a cidade foi destruída. Resumir a memória de uma cidade inteira à narrativa de sua destruição é um modo quase cruel de lembrá-la. Para trazer de volta a memória de uma cidade, quando a mesma caiu em esquecimento, é preciso considerar todos os elementos citados acima.

Para recriar uma imagem que faça justiça à memória São João Marcos seriam necessários pesquisas históricas, coleta de narrativas, seleção de acervo material,

fotográfico e documental, além de uma dose considerável de imaginação. Apenas desta forma será possível resgatá-la de sua latência e atualizar não apenas sua lembrança, mas todo o potencial contido na memória de uma cidade esquecida.

CAPÍTULO 2 – A MEMÓRIA PATROCINADA

Tendo encontrado na Memória uma justificativa para a sua existência, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos foi então formatado em projetos culturais que permitiram seu funcionamento através de patrocínios.

Trata-se de uma construção complexa que envolve diversas categorias técnicas e conceituais que possibilitam a interação com os diversos atores externos – reais e potenciais – que poderiam estar envolvidos na operação e apoio – financeiro e institucional – ao projeto.

A primeira complexidade já se apresenta no nome. O caráter principal de sua existência física – sob a justificativa da memória de São João Marcos – é a presença das ruínas da antiga cidade, justificando-se assim o título *arqueológico*. No entanto o Parque também se encontra em uma área de proteção ambiental (APA), assim, o título *ambiental* também foi somado ao seu nome.

A escolha destes dois títulos não se tratam de obrigatoriedades, mas de escolhas que visaram identificar o espaço sobre esses dois fortes aspectos, potencializando não apenas sua atratividade para o público, mas também de possíveis futuros apoiadores interessados em uma destas duas áreas.

Além dos títulos, a gestão do Parque também se inspirou num “*conceito ampliado de museus de território*” e se auto intitula *Museu a céu aberto*. Tal categorização como museu está em acordo com a diretriz número seis do Plano Setorial Nacional de Museus⁶ e permite que o Parque participe de conexões institucionais importantes, desde o cadastro na plataforma Museus BR, do Ibram, até a participação em campanhas nacionais, como as Semanas Nacionais de Museus e a participação institucional em importantes sistemas regionais, como é o caso, desde 2018, da participação no Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus do Rio de Janeiro.

Esse intrincado emaranhado de títulos permite que o Parque se apresente, para Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, sob as seguintes categorizações: Área cultural *Equipamentos culturais*, Segmento *Espaços de preservação em educação e*

⁶ *Garantir a transformação dos sítios paleontológicos e arqueológicos em museus de território, como forma de preservá-los e propiciar a geração de renda para as comunidades do entorno.*

cultura, Linha de ação *Programação anual e manutenção de equipamento cultural e instituições culturais*.

A partir da análise desta *etiqueta* que qualifica os projetos para aprovação pela SEC, pode se perceber que não *em si* a memória de São João Marcos, em seu sentido completo, que justifica o patrocínio pelo Estado, mas o aspecto *cultural* desta memória. Observando também que, ainda que o nome da lei seja “Lei Estadual de Incentivo à Cultura”, uma consulta ao texto da lei irá apontar para o fato de que a mesma se destina a fomentar a “produção cultural” – termo frequentemente utilizado no texto, em detrimento do termo cultura.

Assim sendo, é esta memória, produzida através de uma produção cultural, que é patrocinada e mantida nos projetos anuais. Para fins de conceitualização, utilizaremos a categoria de *memória cultural* proposta por Assman (2009) para classificar a memória apresentada no Parque como memória de São João Marcos. Trata-se de uma memória baseada em produções institucionais, como textos e monumentos, e cuja intenção está em fazer, no presente, uma conexão com passado tendo em vista o futuro, ou seja, um perpetuamento das informações para gerações futuras. Uma memória que é um projeto.

Embora a justificativa da memória seja fundamental para a forma como o Parque foi concebido e é operado, ela não é o único fator de influência para as decisões a respeito das atividades que lá ocorrem.

Sendo um parque *arqueológico e ambiental*, existe uma série de regulamentos concernentes às leis de proteção do patrimônio material – enforçadas neste caso pelo IPHAN e INEPAC – e do patrimônio natural – orientadas e fiscalizadas pelo INEA.

Os regulamentos referentes à proteção do Patrimônio Material estão relacionados às ruínas do centro histórico de São João Marcos, tombadas pelo INEPAC em 1990⁷, enquanto a proteção ao patrimônio natural, no parque, se faz necessária pela Mata Atlântica, presente no trecho que liga o pórtico de chegada até o Centro de Memória, e pela Represa de Ribeirão das Lages, que tem parte de seu espelho d’água fazendo fronteira com o perímetro do circuito arqueológico.

⁷ Número do processo E-18/000.062/90

Mas as principais relações de interferência que serão consideradas neste capítulo são as relações entre Patrocínio e Memória.

Em suas reflexões acerca da construção e manutenção de uma memória cultural, Assman irá considerar que

“Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação. Tais restrições e enrijecimentos só podem ser trabalhados se acompanhados de crítica, reflexão e discussão abertas.” (2009, pg19)

De fato, esta é uma preocupação de máxima relevância, especialmente quando se considera que o Parque é de propriedade da Light, empresa responsável pela ampliação da represa que determinou a destruição da cidade.

Podemos nos perguntar por que essa empresa resolveu construir, com recursos próprios, um parque que seria um memorial a céu aberto desta rusga entre ela e a população local, que, segundo sua própria premissa, já estaria esquecida.

Mas para fins de delineamento desta pesquisa, vamos nos concentrar na questão de porque esta empresa, juntamente com o Governo do Estado do Rio Janeiro, resolve anualmente *manter* o Parque. Em que condições se dá essa manutenção? E quais relações então envolvidas nesta manutenção. Segundo proposto por Abreu (2010), “a memória não se faz espontaneamente. Ela necessita de agentes e suportes e os museus podem ser lidos como estes elementos que sinalizam algo a respeito daqueles que os constroem e os mantêm.”

Em seguida faremos um levantamento de atividades realizadas no Parque com a finalidade de preservação da memória cultural de São João Marcos e possibilitadas por este financiamento.

O propósito final deste capítulo será refletir sobre o conteúdo das atividades relacionadas à memória de São João Marcos no Parque e em que grau elas podem sofrer interferências causadas pelas relações de patrocínio.

Este capítulo irá tratar de algumas categorias técnicas referentes ao mecanismo dos patrocínios anuais responsáveis pelo funcionamento do Parque, bem como categorias teóricas relacionadas à problemáticas em torno de temas como Patrimônio, Espaços de Recordação.

Aqui, buscaremos não apenas analisar o modelo de financiamento do Parque, mas refletir sobre os desdobramentos que esta dinâmica pode trazer para a memória coletiva da cidade de São João Marcos e para a preservação do Patrimônio Material e Imaterial da cidade.

2.1 - MEMÓRIA, POLÍTICA CULTURAL PÚBLICA E PROPRIEDADE PRIVADA: UM CASAMENTO NO PARQUE.

Tendo sido construído com recursos privados da empresa Light, que é também a proprietária do terreno, o Parque se mantém aberto através da Lei Estadual de Fomento à Cultura do Estado do Rio Janeiro, que combina recursos públicos e privados para apoio a projetos culturais dos mais diversos segmentos. Entre eles, a manutenção e programação anual de equipamentos culturais.

Esta parte da pesquisa tratará das possibilidades e desafios encontrados pelo Parque em sua missão de fomentar a memória de São João Marcos levando em consideração dois fatores centrais para a subsistência deste espaço:

Primeiro: O Parque pertence à empresa Light S.A. Não apenas o terreno, mas também o *equipamento cultural* em si, que foi construído pela empresa.

Segundo: O Parque é *mantido* com capital privado – da Light – e público – através da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC). A lei de incentivo à cultura do Estado do Rio de Janeiro é co-patrocinadora da manutenção e operação do Parque desde o início de sua efetiva operação.

Esta situação de dois patrocinadores fundamentais, sendo um público e outro privado pode gerar algumas considerações interessantes a respeito da utilização do Parque como equipamento cultural, equipamento de promoção institucional (para os dois patrocinadores) e, principalmente, um espaço de interesses equilibrados.

Este é o espaço de ação do Instituto Cultural Cidade Viva (ICCV), autor e proponente dos projetos anuais do Parque. É nesse campo que se concentram os desdobramentos de trabalho de memória no Parque.

A utilização do conceito de *trabalho de memória* aqui utilizada para categorizar a experiência do visitante no Parque se justifica pela natureza traumática do fim da cidade, que foi totalmente evacuada e demolida, contra a vontade da população. Esta memória da demolição de São João Marcos ainda permanece na região, propagada principalmente pelos ex-moradores da cidade e seus familiares. O trabalho de memória, segundo proposto por Ricoeur (2007), permite que não apenas se repita na consciência um momento traumático, mas que, através deste trabalho se possa passar do luto para a rememoração.

Assim, ainda que no Parque se repita a narrativa de destruição de São João Marcos, inclusive exibindo-se suas ruínas, também é possível celebrar a memória da cidade em si, e não apenas de sua destruição, retirando-a de um passado de luto e trazendo-a para um presente de rememoração.

Em seguida, serão feitas considerações sobre a construção da memória pública neste Lugar de Memória⁸, avaliando, através de exemplos pesquisados no acervo do próprio Parque, ou melhor, acervo referente ao Parque que pertence ao ICCV, de que forma esses elementos se relacionam com as possibilidades operacionais e burocráticas exigidas pelos patrocinadores.

2.1.1 UMA INVESTIGAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE PARQUE, ICCV, LIGHT E SEC: TERRENO, IMÓVEL, MANUTENÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTO CULTURAL.

A lei estadual 1.954/1992 é a lei que institui o incentivo fiscal para apoio a projetos culturais no Estado do Rio de Janeiro. Seu texto já sofreu diversas alterações desde sua publicação, mas estabelece que empresas patrocinadoras podem descontar até “4% (*quatro por cento*) do ICMS a recolher em cada período para doações ou patrocínio de produções

⁸ Conceito proposto por Nora (1990) para descrever *lugares* (num sentido mais amplo que o meramente espacial) destinados a recordar um acontecimento ou fato histórico importante para uma determinada memória coletiva.

culturais de autores e intérpretes nacionais, e 1% (um por cento) para patrocínio de produções culturais estrangeiras.” (ALERJ, 2001)

Essa lei é regulamentada por dois decretos de 2013. O Decreto nº44013 estabelece quais áreas culturais são beneficiadas, quem pode se cadastrar como proponente, quais empresas podem se cadastrar como patrocinadoras, como realizar esses cadastros e como apresentar um projeto cultural para análise da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC). Também dispõe sobre as obrigações do proponente e do patrocinador sobre os projetos beneficiados.

O decreto 44.133 é bem mais sucinto e dispõe sobre sanções ao patrocinador e ao proponente que não apresentem a prestação de contas do projeto, ou que tenham sua prestação de contas reprovada pela SEC.

Além destes textos, que podem ser consultados durante todo o ano no site da SEC, também são publicados dois editais por ano, que funcionam como uma chamada para projetos, ou seja, os projetos só podem ser apresentados à SEC dentro do período destes editais.

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos funciona, desde 2011, através de projetos submetidos a estes editais, dentro da linha de ação “manutenção e programação anual de equipamentos culturais”. O proponente⁹ dos projetos é o Instituto Cultural Cidade Viva e os patrocinadores são a Light e Secretária de estado de Cultura. A Light entra com 20% do total do orçamento do projeto e a SEC entra com os outros 80%.

Cabe aqui destacar que, o Parque, como *instituição*, não recebe verba alguma, e nem poderia, pois existe fisicamente, mas não juridicamente, ou seja, não possui CNPJ, nem conta bancária, nem Estatuto. O que existe é um imóvel, construído num terreno,

⁹ a) pessoa física domiciliada no Estado do Rio de Janeiro, com efetiva e comprovada atuação na área cultural, diretamente responsável pela concepção, promoção e execução do projeto a ser patrocinado; b) pessoa jurídica estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, com objetivo prioritariamente cultural explicitado nos seus atos constitutivos, diretamente responsável pela concepção, promoção e execução de projeto cultural a ser beneficiado pela concessão do incentivo fiscal de que trata este Decreto, com efetiva e comprovada atuação da entidade ou do seu corpo dirigente e funcional na área cultural; (Decreto, 2013)

que funciona como equipamento cultural graças aos projetos anuais inscritos pelo ICCV, aprovados para captação pela SEC e patrocinados pela SEC e pela Light.

A categoria *Equipamento Cultural* é utilizada para descrever espaços e construções que se destinam a acolher e oferecer conteúdo cultural. Segundo o edital da SEC estão incluídos nesta categoria: “*centro cultural, cinema, cineclube, cinemateca, biblioteca, museu, arquivo, espaço de preservação e educação em cultura, e formação e conservação de acervo, inclusive digital*”.¹⁰

Estabelecida essa relação, a responsabilidade sobre a execução do projeto de acordo com o que foi inscrito e aprovado pela SEC é toda do proponente (ICCV). Isso significa que é este instituto que recebe o dinheiro, executa todas as ações escritas no projeto, que incluem pagamento de funcionários, manutenção da infraestrutura, realização dos eventos e providência de todas as despesas necessárias para a manutenção do acesso gratuito do público dentro do horário de funcionamento declarado no projeto durante todo o ano. O ICCV também é responsável por recolher e apresentar comprovações fiscais válidas de todas as despesas realizadas no ano, bem como extratos e conciliação bancária da conta do projeto, que são entregues aos dois patrocinadores no final de cada projeto anual.

Diante destes esclarecimentos, temos que: quando se fala em “ações do Parque”, leia-se: “ações implementadas e realizadas no Parque pelo ICCV, com o apoio financeiro dos patrocinadores.”

No entanto, além destas obrigações administrativas e financeiras, o relacionamento com os patrocinadores também inclui obrigações operacionais e institucionais durante a execução dos projetos. Cada patrocinador deve deixar claro quais são essas obrigações no momento do aceite de patrocínio do projeto, considerando que as mesmas não devem exceder ou anular nenhum item previsto na Lei de Incentivo, nos decretos e nem na natureza do projeto que foi inscrito e aprovado.

¹⁰ Rio de Janeiro (Estado) edital para apresentação de projetos para a Lei de Incentivo à Cultura em 23 de janeiro de 2017.

No caso da SEC, estas obrigações são relativamente simples, independem do projeto ou proponente e estão previstas no Capítulo X do Decreto 44013 de 2013 e inclui itens como:

“[...] encaminhar cota dos produtos resultantes do projeto cultural, equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor incentivado; inserir a logomarca do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Cultura/Lei Estadual de Incentivo à Cultura com a chancela de patrocinador, em todas as peças de promoção do projeto, na mesma proporção dos demais patrocinadores; disponibilizar no mínimo, 4 (quatro) imagens eletrônicas em qualidade de impressão [...] submeter o layout de qualquer peça de promoção do projeto, a ser veiculada em qualquer meio, para análise da Superintendência da Lei de Incentivo, ficando proibida a veiculação das peças, antes da sua aprovação [...]”¹¹

A Light, como co-patrocinadora, também tem o seu direito de voz durante a execução do projeto, considerando-se as reflexões apresentadas no parágrafo anterior. Isso significa que a empresa pode optar por acompanhar mais de perto a execução de algumas ações, como por exemplo, textos e artes gráficas de comunicação institucional, e indicar algumas escolas ou projetos para participação do Programa Educativo, por exemplo.

Em prática, este tipo de relacionamento institucional significa que, em primeiro lugar, cabe ao proponente garantir a execução sem máculas do projeto proposto, ou seja, sem desvios do objetivo do projeto aprovado. Em segundo lugar, cabe também ao ICCV manter diálogo aberto com todos os patrocinadores, respondendo a questionamentos, recebendo demandas e comparando as demandas recebidas com o projeto e a legislação vigente, de modo a atender ou orientar aos patrocinadores sobre as possibilidades de realização da demanda solicitada.

A partir de 2017 um novo patrocinador foi inserido nesta relação: a Agencia Nacional de Energia (ANEEL), através de seu Programa de Eficiência Energética (PEE), concordou em participar do financiamento aos projetos do Parque (diminuindo, assim, parte da cota que cabia à Light). No entanto, como cada patrocinador tem o direito a estabelecer suas próprias diretrizes de patrocínio, como vimos anteriormente, a ANEEL também trouxe aos projetos do Parque uma nova exigência: que fossem incluídas

¹¹ Rio de Janeiro (Estado). Decreto nº 44013 de 3 de janeiro de 2013.

atividades relacionadas ao ensino sobre eficiência energética e sobre o uso consciente de energia durante o ano.

As exigências e diretrizes destes três patrocinadores, no entanto, não cancelam umas às outras, embora os três patrocinadores tenham interesses institucionais distintos. A SEC, tem o seu interesse voltado para o fomento à cultura, enquanto a Light tem seu interesse mais ligados à questões de comunicação e visibilidade positiva de sua marca, finalmente, soma-se ao grupo de patrocinadores a ANEEL, com a intenção de utilizar o espaço do Parque como um ponto de educação e conscientização a respeito da eficiência energética.

Cabe ao Instituto Cidade Viva desenhar um projeto que atenda a todas essas demandas, tão diversas entre si, conciliando seus objetivos e peculiaridades burocráticas com as necessidades de manutenção e operação do Parque.

Mais uma vez, a memória de São João Marcos surge como um poderoso fator não apenas conciliatório, mas impondo-se como um Norte a ser seguido no desenvolvimento dos projetos. Com atividades tão distintas entre si, a identidade do projeto, ou seja, aquilo que mantém o projeto unificado, e não apenas um grupo de atividades dispersas acontecendo durante o ano, é a memória de São João Marcos, que passa a funcionar não apenas como justificativa, mas também como objetivo, conforme veremos na próxima parte deste capítulo.

Assim sendo, o diagnóstico da investigação proposta no título desta sessão, é que, embora o funcionamento do Parque só seja possível graças ao patrocínio, o conteúdo e a programação anual são elaborados e geridos por um instituto de produção cultural, apesar de ainda precisarem ser aceitos pelos patrocinadores. Além disso, as interferências e solicitações dos patrocinadores são legalmente limitadas aos seguintes fatores: texto da lei estadual de incentivo à cultura (LIC), texto dos decretos estaduais de regulamentação da LIC, e texto do projeto aprovado para captação.

2.2 A MEMÓRIA COMO OBJETIVO: UM TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL NO PARQUE ARQUEOLÓGICO E AMBIENTAL DE SÃO JOÃO MARCOS.

Se o esquecimento e o “resgate” da memória de São João Marcos se destacaram nas justificativas para a existência do Parque, a *representação* desta memória é o principal elemento presente nos objetivos dos projetos.

Foram analisados os textos dos projetos dos anos de 2011 até 2018¹² e identificados os seguintes grupos de ações presentes nos objetivos anuais: Manutenção do Circuito Arqueológico, Manutenção do Centro de Memória, Realização de eventos culturais e Realização do programa educativo.

Através destas quatro atividades centrais, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos vem representando e apresentando a memória da cidade a seus visitantes. Para esta pesquisa, no entanto, nos aprofundaremos apenas nos dois primeiros objetivos – manutenção do circuito arqueológico e centro de memória – por considerar que, além de serem os objetivos centrais e mais dispendiosos dos projetos, também são os únicos cujos conteúdos estão disponíveis a todos os visitantes do Parque, durante todos os dias possíveis de visita.

Muito mais do que um simples espaço para exposições de objetos e narrativas, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode ser considerado um *Lugar de Memória*, segundo o conceito proposto por Nora, na medida em que convida o visitante a rememorar e celebrar a cidade.

Situado exatamente no local onde ficava a cidade que foi destruída, não se trata apenas de um espaço onde informações são apreendidas, mas sim de um lugar onde a memória é construída durante a visita, através de narrativas e exposições, assim como através de experiências, imaginação e até do simples ato de caminhar entre as ruínas.

Trata-se de um espaço que reúne elementos da memória sob diversos pontos de vista, que podem ser categorizados, segundo a proposição de Assman (2009) em

¹² O texto integral da sessão *objetivos* destes projetos se encontra no Anexo 1 desta pesquisa

elementos das *tradições* (discursos de identidade), *perspectivas* (memória cultural e memórias individuais) e *mídias* (imagens, lugares, textos, discursos e narrativas).

O espaço do Parque apresenta uma intensa relação entre memória e recordação, nos sentidos propostos por Ricoeur (2007) e Assman (2009), onde a memória permanece passiva, em sua potencialidade, mesmo sem as atividades dos projetos, simplesmente pela força de sua localização e dos acontecimentos que lá ocorreram no passado. A recordação acontece na ativação dessa memória, ou seja, na medida em que os projetos acontecem anualmente e suas atividades permitem que o público experiencie essa memória, através das diversas mídias utilizadas durante essas atividades.

A seguir, iremos analisar cada uma dessas atividades, a começar pela que consideramos principal, pois representa um elo entre justificativa e objetivos, entre potência e recordação: A manutenção do circuito arqueológico.

2.2.1 A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL, A MEMÓRIA E AS RUÍNAS DE SÃO JOÃO MARCOS

A manutenção das ruínas e do traçado original das duas praças do Centro de São João Marcos é a atividade que mais demanda recursos, tanto orçamentários quanto humanos, nos projetos anuais do Parque, pois requer o controle diário da vegetação de todo o circuito arqueológico.

Esta atividade requer uma equipe de trabalhadores celetistas que operam diariamente e exclusivamente na limpeza do perímetro do circuito arqueológico, trabalhando com roçadeiras que consomem 8 litros de gasolina por dia (cada uma), além de uma grande quantidade de ferramentas e equipamentos.

Tudo isso para que sejam mantidos os caminhos (traçados de ruas e praças) e para que as ruínas não sejam cobertas pela vegetação novamente.

O traçado das praças funciona como um poderoso recurso visual onde o visitante facilmente reconhece as ruas e estrutura urbana demonstradas nas fotos de época e na maquete disponível no Centro de Memória.

Além do traçado original, estão evidenciadas nove ruínas, identificadas por placas que contém um pequeno texto explicativo e uma fotografia da estrutura em seu formato

original, antes da demolição da cidade: a ponte Padre Peres, a Casa do forno, o tanque, a galeria de esgoto, a Igreja Matriz, a casa do Capitão-Mor, a prefeitura, a câmara e o teatro Tibiriçá. Além disso, é possível notar por todo o percurso ruínas de muros canjicados¹³, vestígios de escada, calçamentos, ornamentos e edifícios em ruínas que não foram evidenciados.

A experiência proporcionada neste circuito arqueológico tem o potencial de transportar o visitante para esta cidade, que embora extinta, ainda tem uma estrutura no presente, a qual ele pode não apenas observar, mas também caminhar pelas mesmas ruas originais, estimulando o trabalho de rememoração, que inclui a memória visual, memória afetiva e imaginação.

Neste espaço o visitante, indivíduo do caótico e fragmentado mundo moderno, tem a oportunidade de comportar-se como o *flâneur*, tal como proposto por Benjamim (1994), perambulando pelas ruas e praças desta cidade que, apesar de passada ainda se faz presente em seus vestígios. Esse caminhante tem a oportunidade de completar traçados de ruas vazias com fachadas prováveis e imaginárias, de observar restos de muros canjicados imaginando a atividades empregadas nesta técnica, de reconstruir os andares para os quais um trecho preservado de escada dava acesso, rememorar o esforço cotidiano empregado no tanque público. O visitante, com sua observação aos detalhes e sua imaginação estimulada pode reconstruir o centro da cidade de São João Marcos à medida em que caminha por ele.

¹³ – Alvenaria de pedras irregulares. Intercalam-se pedras de maior tamanho com pedras menores, que formam um entremeado chamado de “canjicado. Pode ser encontrado em alvenarias com argamassas de barro ou de cal. – Manual de conservação de Cantarias, IPHAN. 2000.



Figura 1 - Traçado original das praças (visão lateral). Acervo: ICCV (doação da família Costa)



Figura 2 Manutenção do traçado das praças (2011). Acervo ICCV



Figura 3 Lateral da Casa do Capitão-mor e casarões vizinhos. Acervo ICCV (Pesquisa no IPHAN)



Figura 4 Ruínas da Casa do Capitão-mor e casarões vizinhos em 2011. Acervo ICCV

As ruínas da cidade são testemunhas mudas, conforme proposto por Assman (2009), elementos remanescentes, que voltam a se manifestar no momento em que são observados.

As ruínas de São João Marcos representam também o aspecto político dos processos de patrimonialização no Brasil. O texto de Gilberto Velho “Patrimônio, negociação e conflito” nos dá um panorama acerca dos tipos de conflitos e argumentos que tomam lugar nas discussões sobre o tombamento no país. As considerações abrangem desde questões teóricas a respeito do enquadramento de um bem na categoria “patrimônio”, discussões socioculturais acerca da relevância desse patrimônio para a comunidade que ele alega representar, até chegar a questões econômicas, como o valor do terreno, por exemplo.

Cada uma destas questões precisa ser negociada entre os indivíduos que apresentam argumentos e interesses a favor ou contra o tombamento, até que o mesmo possa ser oficializado.

São João Marcos passou por este processo duas vezes. Ainda na década de 30, quando se iniciaram os estudos para ampliação da Represa de Ribeirão das Lages, a população da cidade, liderada por Luís Ascendino Dantas, reivindicou o tombamento do conjunto arquitetônico do Centro de São João Marcos, a fim de impedir a destruição mesmo.

Esse tombamento foi oficializado pelo SPHAN em 1939, apesar dos interesses econômicos e políticos que já trabalhavam para o alagamento do terreno da cidade. No entanto, seu destombamento foi decretado por ordem presidencial no ano seguinte e logo em seguida iniciou-se o processo de desocupação.

Cinquenta anos depois, São João Marcos voltou a passar pelo processo de tombamento, desta vez pelo INEPAC, que concedeu tombamento provisório ao conjunto formado pela “Ponte Bela e ruínas do centro histórico de São João Marcos”.

Este segundo processo também não se deu livre de conflitos, gerando discussões que afetavam econômica e culturalmente diversos sujeitos: Enquanto proprietária do terreno, a Light S.A. passaria a ter uma responsabilidade em relação à salvaguarda destas ruínas, no entanto, o terreno estava arrendado à uma família local desde a época de

desapropriação da cidade, que o utilizava para criação de gado. Enquanto isso, a prefeitura de Rio Claro – cidade onde o Parque está localizado – se mostrava favorável à criação de um atrativo cultural na região, que não dependeria dos cofres municipais para se manter e alguns grupos de ex-moradores e seus familiares também reivindicavam o tombamento das ruínas da cidade como instrumento para salvaguarda de sua memória.

É significativo o fato de que esses prédios não foram tombados individualmente, por sua importância histórica – como a Igreja Matriz, por exemplo, que foi a primeira construção da cidade. Ao invés disso, foram tombadas como um coletivo: as “ruínas do centro histórico de São João Marcos”. Esse tombamento indica que elas não estão ali para falar de si mesmas, mas da história da cidade.

Analisando o texto do Inepac que acompanha esse tombamento, torna-se ainda mais evidente sua missão de testemunhas de um passado glorioso a um fim trágico:

Grande distrito cafeeiro do período imperial, São João Marcos surgiu quando João Machado Pereira, vindo de Resende, ali instalou uma fazenda em 1733. Logo em seguida abriu-se uma estrada pela qual pudessem transitar, com segurança, os quintos de ouro com destino ao Rio de Janeiro. Em 1739, o mesmo fazendeiro mandou edificar uma capela dedicada a São João Marcos, elevada à paróquia em 1755 em torno da qual aglomerou-se pequena população. Em 1801, foi inaugurada a igreja Matriz, da mesma invocação na praça da cidade. Foi elevada à categoria de Vila em 1811. São João Marcos tornou-se, como Resende, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, um dos principais centros cafeeiros do Brasil, sendo o maior produtor o comendador Breves, que possuía várias fazendas, cerca de 6.000 escravos e uma enorme quantidade de arrobas de café, armazenadas em trapiches, em Mangaratiba. Com a decadência da cultura cafeeira fluminense, a região foi perdendo a importância e a sua população. O centro histórico da cidade foi tombado como monumento nacional, em 1939, quando São João Marcos já havia passado a distrito de Rio Claro. Raro exemplo intacto de conjunto arquitetônico colonial, no entanto, foi destombado por decreto de Getúlio Vargas, em 1940, para permitir à Light o represamento das águas do ribeirão das Lajes, visando ao aumento da geração de energia elétrica para o Rio de Janeiro. Com a perspectiva de inundação do sítio histórico, os moradores foram obrigados a se dispersar, transferindo-se para localidades vizinhas, principalmente, Lídice, Rio Claro, Mangaratiba, Itaguaí e Pirai, com a promessa de ver reconstruída, em área próxima à igreja Matriz, o que nunca ocorreu. Foram demolidas, além da igreja Matriz, uma capela antiga pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário, dois clubes, um teatro e um hospital. Num vale na confluência dos antigos rios Araras e Pannels fica tudo o que restou do antigo núcleo: trechos de caminhos calçados com pedras, vestígios de prédios dinamitados, muros em cantaria, muitos dos quais,

encobertos pela vegetação. Condenada a desaparecer sob as águas da represa, grande parte da cidade jamais foi inundada. Construída em 1857, no caminho da antiga Estrada Imperial, a ponte Bela, periodicamente encoberta pelas águas da represa, cercada por vegetação densa, é uma obra de cantaria que se destaca pela sua beleza na paisagem. (web)

As ruínas de São João Marcos não são apenas vestígios de uma cidade que foi polo cultural da região, ou que teve beleza significativa, ou qualquer outra característica da cidade que possa ser tomada separadamente, elas são vestígios de uma memória cultural complexa, que atravessa séculos, e que reivindica para si a glória, a relevância, o trauma e a injustiça.

O circuito arqueológico em São João Marcos pode ser tomado, como proposto por Assman (2009), por uma *corporificação da memória* através de seu complexo arquitetônico.

De volta à questão do patrocínio, a manutenção deste circuito arqueológico consiste basicamente na limpeza e no controle permanente da vegetação e também faz parte dos projetos anuais do Parque, porém traz consigo algumas complicações, pois está sujeita a diversas despesas não previstas, causadas por intempéries como excesso ou falta de chuvas, quedas de árvores, vandalismo, etc. Estes fatores deixam o projeto vulnerável a despesas que muitas excedem os gastos previstos para a manutenção.

Felizmente, a Lei de Incentivo permite que itens orçamentários sejam ultrapassados em até 20%. Além disso, é possível solicitar à SEC uma readequação orçamentária, ou seja, a proposta de uma nova planilha orçamentária para o projeto caso haja valores que ultrapassem esse limite. Essa proposta está sujeita à aprovação da SEC e deve continuar representando o valor total do projeto aprovado originalmente, permitindo apenas uma reorganização dos itens orçamentários. Na prática, isso significa que, caso existam despesas não previstas em um item, esse valor precisa ser “descontado” de outros, pois a readequação orçamentária não pode ultrapassar o valor original do projeto.

Isso se traduz num constante equilíbrio de prioridades, que muitas vezes acarreta em desgaste junto aos patrocinadores, pois a verba que vai para manutenção é uma verba “invisível” no sentido que não gera notícias, ou números, ou produtos sobre si mesma. É uma verba cuja necessidade só aparece se não for gasta, ou seja, caso as ruínas fossem

novamente engolidas pela vegetação seria óbvio que é preciso gastar permanentemente dinheiro para que isso não aconteça.

Mas tendo patrocinadores com interesses diversos, como já foi exposto anteriormente, se torna um problema quando é preciso gastar menos em eventos (que geram notícias) ou em comunicação, ou levar menos alunos ao programa educativo por conta de uma emergência que tenha gerado mais gastos do que o previsto para a manutenção da infraestrutura no ano.

Ainda assim, tendo na memória de São João Marcos sua justificativa, o Parque pode impor essa preservação como um fator *sine qua nom*, e a preservação das ruínas seria o último objetivo a cair dos projetos, ainda que os patrocínios anuais fossem drasticamente reduzidos. Simplesmente pelo fato de que não faria sentido patrocinar um parque arqueológico cujas ruínas estivessem encobertas.

Com essas considerações passamos então para o segundo objetivo presente nos projetos anuais do Parque: A manutenção do Centro de Memória.

2.2.2 NARRATIVAS, VESTÍGIOS E DISCURSOS NO CENTRO DE MEMÓRIA

O Centro de memória é o primeiro lugar onde o visitante chega para receber informações. Nele, mesmo um indivíduo que nunca ouviu falar da cidade recebe uma quantidade de informações suficientes para que tome conhecimento: 1) da existência da cidade, 2) da relevância da cidade dentro do contexto da História do Brasil, 3) da destruição da cidade, 4) do motivo desta destruição, 5) da estrutura da cidade na época de sua demolição e, finalmente, 6) do impacto emocional que essa demolição causou nos ex-moradores da cidade.

Para transmitir essas informações, o Centro de memória está equipado com painéis informativos, objetos arqueológicos, dois totens digitais contendo fotos antigas da cidade, uma grande maquete reproduzindo o centro da cidade de São João Marcos na época de sua demolição e um vídeo documentário que mescla narrativas de ex-moradores e historiadores.

A elaboração inicial deste conteúdo foi trabalho conjunto do Instituto Cultural Cidade Viva e da Light, que, nesta etapa, forneceu fotos de seu acervo e apoio na pesquisa e produção dos textos, além do patrocínio. No entanto, a manutenção da estrutura, pesquisa de novos conteúdos para os totens digitais e oficinas periódicas de pesquisa e atualização de conteúdo junto aos guias acontecem através dos projetos anuais, sob a coordenação do ICCV.

O tempo necessário para que o visitante absorva toda essa informação varia entre 30 e 45 minutos. Trata-se de um conteúdo complexo e transmitido através de diversas plataformas, possibilitando que o indivíduo saia para o circuito arqueológico não apenas com conhecimento, mas também com uma informação afetiva que será fundamental para sua experiência individual de rememoração.



Figura 5 Interior do centro de memória. Acervo: ICCV

O Centro de memória é o espaço do Parque que mais se aproxima de um *museu-informação* (Gonçalves, 2003). Carregado de imagens, textos, objetos e simbolismos, o visitante recebe uma grande quantidade de informação que precisará assimilar para ter

acesso a memória da cidade. São fragmentos dos vários aspectos da memória de São João Marcos, que, quando reunidos, irão formar uma “memória totalizante” da cidade, ou melhor, um retrato desta memória, que o Parque espera “resgatar” e apresentar como sendo a mais completa possível.

Diferente da experiência no circuito arqueológico, no Centro de Memória o visitante não é estimulado à *flânerie*, mas, como proposto por Gonçalves, ele precisa se comportar como um “homem-da-multidão”, consumindo textos, legendas, vídeos e informações que já lhe são apresentadas com seus respectivos significados.

A primeira mídia que esse visitante encontra é uma grande maquete que reproduz o centro da cidade de São João Marcos na época logo anterior à sua demolição. Aqui, ele terá o auxílio de um guia, que irá apontar alguns dos prédios principais e responder a perguntas.

Essa maquete foi feita a partir de plantas da cidade, em especial uma planta que continha detalhadamente os nomes das famílias proprietárias das casas que seriam demolidas e que foi confeccionada com o intuito de determinar o tamanho dos terrenos e, conseqüentemente, o valor da indenização devida pela Light a cada uma das famílias.



Figura 6 Detalhe da maquete com a Igreja Matriz e praças no centro

Tratam-se de painéis com textos, fotos e ilustrações que compõem a exposição permanente, estão no centro de memória desde a inauguração do Parque e representam não apenas os temas que os criadores do Parque acharam relevantes para apresentar como a memória da cidade, mas também quais *aspectos* destes temas eles decidiram iluminar, em detrimento de outros possíveis. Este conteúdo foi decidido em acordo com a empresa Light S.A, que financiou a construção do Parque e forneceu parte de seu acervo fotográfico e cartográfico. Este é um fator importante a ser considerado, especialmente se levarmos em conta que:

“Vivemos em um tempo em que a memória se tornou, como nunca antes, um fator de discussão pública. Apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar. A recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação.” (Assman, 2009 p.20)

De fato, a empresa que opera a represa responsável pela destruição da cidade, tem no Parque um poderoso instrumento para se justificar, ou contar a sua versão da história e, uma vez que os projetos em si, não são escritos por ela, mas pelo ICCV, essa exposição permanente é a sua chance para uma narrativa institucional, embora não tenha, de fato, sido escrito pela empresa, mas sim por pesquisadores contratados para o projeto.

Os três primeiros painéis, referentes à sessão *História de São João Marcos* contam a origem da cidade. Curiosamente, a sessão não se inicia com a fundação da cidade, mas dá um passo atrás, falando sobre os habitantes originais da região, a saber os índios *puris*. A sequência traz uma explicação sobre o ciclo do ouro e a construção da Estrada Imperial como caminho alternativo ao mar. Chega-se então à fundação da cidade, por Joaquim Pereira Machado, com foco na construção da Igreja Matriz. O último painel dessa sessão traz uma breve exposição dos nomes que a cidade já teve, de sua importância, seu tombamento e destombamento “pelo decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas, para acelerar as obras em Ribeirão das Lages”.

Assim posto, a Light está completamente omitida no envolvimento com a *História de São João Marcos*, uma vez que seu nome não é mencionado nenhuma vez nesta sessão.

Os dois banners destinados a contar a *trajetória econômica* da cidade discorrem sobre os períodos de cultivo da cana, do café – neste ponto mencionando o escravagista Joaquim José de Souza Breves como “Rei do café” e pontuando, como um grande feito o

fato de que ele “possuía mais de setenta fazendas, e, em apenas uma delas, um contingente de 6 mil escravos”.

A sessão narra então a passagem da agricultura para a ferrovia como principal atividade econômica na região e termina com a menção à epidemia de malária, em 1909, mais uma vez omitindo a Light e a construção da represa. Ao invés disso, há apenas uma frase encerrando a sessão: “O sanitarista Oswaldo Cruz elaborou um diagnóstico sobre a epidemia, constatando que a região era alvo frequente de malária”.

Aqui já se percebe uma necessidade de criar “heróis” para validar a memória da cidade. Seja chamando um escravagista de “Rei do Café” ou justificando uma grave epidemia pela menção ao nome de famoso “sanitarista”, o texto busca criar justificativas para a relevância da cidade – e consequentemente do Parque que traz de volta sua memória.

A terceira sessão dos painéis, *Vida cultural e cotidiano*, traz uma narrativa a respeito de algumas características da rotina da cidade, como prédios públicos, escolas, igrejas e comemorações. Trata-se de uma sessão repleta de fotos doadas por famílias de ex-moradores, que traz também alguns dados colhidos em depoimentos pela equipe de pesquisa. A sessão também apresenta fotografias de achados arqueológicos que corroboram com o panorama da vida cotidiana da cidade, como chaves, maçanetas e frascos de remédio.

O painel *Marcossenses ilustres* é o painel que mais claramente busca situar São João Marcos no mapa de importância para a história do Brasil, e, consequentemente, de importância para o visitante de outras regiões do país. Apresentando nomes conhecidos pela História, como Pereira Passos e Aaulfo de Paiva, o painel funciona como uma conexão afetiva entre o visitante que nunca havia ouvido falar da cidade, dando a ele uma razão para considerar a importância de São João Marcos e sua relevância *oficial*.

Os dois painéis referentes à sessão *São João Marcos e Ribeirão das Lages* representam o discurso institucional da Light – e do Parque – em relação à destruição da cidade. O primeiro painel inicia uma explicação a respeito da crise de abastecimento de água e energia que assolavam o Rio de Janeiro, e como o início da industrialização no Estado exigia uma solução para este problema. Aqui o nome da Light aparece, mas a

decisão de aumentar a represa de Ribeirão das Lages continua sendo do governo federal, com a justificativa de que as águas eram mais puras e o tempo e custo da obra, menores. Esse painel se encerra com a seguinte frase: “A *Companhia de Carrís, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada* propôs aumentar em 8 metros o volume da água, enquanto o governo federal exigiu a cota de 12 metros, o que determinou o destino da cidade. São João Marcos seria inundada.”

O segundo painel apresenta um dramático panorama das desapropriações, mencionando a luta da população para reverter a situação e o momento traumático da destruição da Igreja Matriz, demonstrando empatia e solidariedade pela dor da cidade. No entanto, este painel se encerra com a seguinte frase: “São João Marcos, como muitas outras cidades, desapareceu em função do progresso, mas hoje emerge para recontar sua história.”

Dáí pode-se tirar a missão institucional do Parque, no que concerne à sua empresa criadora. A mensagem de que a cidade era muito importante e bela, foi uma pena que ela *teve* que ser destruída em nome do progresso. Mas o Parque não existe para lamentar essa destruição e sim para celebrar a memória desta cidade.

A ideologia do progresso, se une ao apelo à celebração, não para negar o trauma, mas para deixar a mensagem de que é preciso seguir em frente, preservando-se o que resta desta memória.

Os dois últimos painéis trazem a sessão *Arqueologia e pesquisa arqueológica*. Esta sessão traz um texto educativo a respeito da importância da arqueologia e das etapas de um processo de pesquisa arqueológico, que foi produzido pela Assessoria de Arqueologia do IPHAN – Rio de Janeiro. Algumas fotos do trabalho de arqueologia que ocorreu no Parque acompanham o texto.



Figura 8 Painéis suspensos do Centro de memória

Após os painéis, o visitante tem acesso a uma exposição de objetos dispostos pelo salão do Centro de memória. São objetos de duas naturezas distintas: alguns foram doações de famílias de ex-moradores. Não foram necessariamente utilizados em São João Marcos, mas, expostos, fazem menção à vida cotidiana que o tipo de cidade com a história de São João Marcos teria: desde grilhões e algemas da época da escravidão, até itens do cotidiano de antigas fazendas, como debulhadores milho e lampiões. Estes objetos estão devidamente identificados e servem como cenografia para a imagem que se quer criar de uma São João Marcos da Era do Café.



Figura 9 objetos expostos no centro de memória. Doações de ex-moradores

O outro grupo de objetos expostos contém os objetos que foram encontrados durante as escavações arqueológicas. Este grupo é composto por alguns objetos grandes, que foram adicionados à cenografia do espaço, como grades da cadeia e uma grande cruz de ferro, mas também é composto por objetos menores, que faziam parte do cotidiano da cidade na época em que a mesma foi destruída. Este é um grupo de objetos que merece uma consideração especial.

São João Marcos não foi uma cidade que cessou de existir por causas naturais, ou de forma repentina. Eles receberam uma ordem oficial para que a cidade fosse esvaziada, e essa evacuação não se deu do dia pra noite. Isso significa que os objetos encontrados nas escavações arqueológicas foram, pelo menos em sua grande maioria, descartados. Em outras palavras, foram considerados lixo por seus antigos donos.

O fato de este lixo servir agora como objeto de pesquisas e exposições com o intuito de contar a memória daqueles que o descartaram não é um assunto que mereça pouca importância.

Peter Stallybrass, em seu livro “O casaco de Marx” (2012), traz algumas considerações importantes acerca da “vida social das coisas”. Aqui, interessa principalmente as razões que ele apresenta para o descarte de objetos, a saber: a dor da lembrança que estes objetos evocam, a “impureza” de objetos considerados meramente lixo e o valor de troca de objetos que se transformam em mercadoria.

Considerando estes motivos no contexto de descarte dos objetos que foram abandonados em São João Marcos pode-se criar, talvez, uma memória da mudança destas famílias.

Ora, quando se prepara uma mudança, a primeira coisa a fazer é uma seleção de valor dos bens: é preciso separar os objetos que devem ser cuidadosamente empacotados, para evitar danos ou extravio, objetos de valor mundano, cuja preparação para o transporte não requer cuidados muito especiais por serem de fácil reposição e finalmente, aqueles objetos que simplesmente não valem o esforço de serem empacotados, carregados e transportados; ainda que tenham sido considerados dignos de guarda por um tempo, ante ao transtorno de uma mudança acabam sendo relegados ao lixo.

Em São João Marcos, no entanto, as mudanças tinham algumas características especiais, que certamente pesavam na escolha destes objetos:

- 1- As famílias não estavam se mudando por vontade própria, mas ordem presidencial. O valor emocional deste abandono forçado de suas casas, negócios, amizades e estilo de vida se transfere para os objetos, que são a única coisa que essas famílias poderão levar consigo.
- 2- A cidade da qual se mudavam iriam ser demolida e simplesmente deixar de existir, o que significa que não estaria mais disponível para visitas futuras. Tudo o que pretendessem levar de material para conservar a memória de sua vida em São João Marcos deveria ser feito no ato da mudança.
- 3- A mudança da cidade causava grandes transtornos econômicos para os moradores. Mesmo os que receberam indenizações alegam que o valor não era suficiente para adquirir uma propriedade similar em outras cidades. Aqui, o valor financeiro dos objetos seria essencial para a subsistência dessas famílias.

Estas características concedem uma luz especial sobre os objetos encontrados nas escavações arqueológicas realizadas no Parque. Enquanto partes das construções, como cacos de ladrilhos e telhas, são compreensivelmente os itens em maior quantidade, alguns objetos “mundanos” chamam atenção como garrafas, ferramentas, chaves e brinquedos, por exemplo. Tais itens, desprovidos de valor de troca, podem ter sido abandonados tanto por excesso quanto por falta de valor sentimental e cada um deles nos contam uma história que só pode ser compreendida através do conhecimento e da imaginação!

Além destes há também outro tipo de objeto encontrado no Parque, em muito menor quantidade, mas cuja presença tem um peso especial quando se considera o fato de terem sido descartados: tratam-se dos itens com valor de troca evidente: utensílios em bronze, prata, madeira trabalhada, etc. A ocorrência destes objetos descartados sob as ruínas da cidade motivou por algumas décadas diversas lendas locais sobre um tesouro escondido sob as ruínas da igreja e não foram poucas as invasões ilegais que ocorreram no terreno em busca deste tesouro, antes da criação do Parque.

A realidade, bem menos romântica, mas nem por isso menos poética, é que não chega a uma dúzia os objetos com algum valor de mercado evidente (pelo menos que tenham sido relatados na época das escavações), mas sua presença testemunha a desvalorização que a própria cidade enfrentou: de beleza e valor antes oficialmente reconhecidos, a restos abandonados e finalmente, reencontrados, porém com seu valor ressignificado em termos mais afetivos do que comerciais.

Aleida Assman apresentou em seu texto “Armazenadores” (2009) o fenômeno de transformação de objetos descartados em “fundamento concreto de narrativas e histórias.” Aqui não importa tanto se o objeto foi descartado por questões relativas à afetividade ou a sua perda de valor econômico, pois seu significado será dado no momento em que é coletado e designado a uma coleção. O uso que seu proprietário original fazia deste objeto não é mais importante do que a narrativa que ele passa compor quando integrado a um grupo de objetos, aos quais está relacionado de acordo com uma classificação estabelecida pelo curador da coleção.

Neste sentido, Leila Ribeiro também irá considerar que:

“A informação produzida pelo objeto se transforma, na medida em que a relação entre sujeito-objeto e o coletivo-objeto se dá de formas

distintas, promovidas pela mudança do meio. O novo significado informacional transmitido pelo objeto é, assim, o resultado de um processo de construção, de acordo com a sua trajetória histórica e através do caminho percorrido. A informação está sempre em processo de construção. Na coleção, essa construção se dá com a própria introdução do objeto ao acervo, na medida em que ele absorve as informações do olhar do colecionador e da relação que ele passa a constituir com os outros objetos colecionados". (2016 p.296)

No Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, nem os achados arqueológicos expostos nem os conservados na reserva técnica são abordados pelo viés de seu próprio valor original, mas como acervo de objetos que fizeram parte do cotidiano da cidade que ali está representada. Eles não contam a história de seus antigos proprietários mais do que da própria cidade. Eles não são apenas testemunhas de valores e modos de fazer, mas da desvalorização e desconstrução de uma cidade inteira! Ironicamente, são também ferramentas para a recriação, revalorização e reapresentação desta memória.



Figura 10 Exposição de achados arqueológicos no centro de memória

Passando para as mídias digitais, o Centro de memória está equipado com dois totens *touch-screen* que oferecem conteúdos diversos a respeito de São João Marcos, a

saber fotos antigas da cidade, documentos da cidade que foram digitalizados, mapas e o conteúdo das exposições sobre a cidade que foram produzidas em anos anteriores.

As sessões desta apresentação digital são: *A cidade*, *Esportes e vida social*, *As fazendas*, *Os marcossenses*, *Alagamento*, *Mapas*, *Documentos* e *Achados Arqueológicos*. Trata-se de uma exposição basicamente visual. Com exceção das sessões *Exposições e Documentos*, não há textos explicativos, apenas as imagens, categorizadas pelo título de suas pastas.



Figura 11 Primeira página do menu dos totens digitais



Figura 12 Segunda página do menu dos totens digitais

As sessões *A cidade*, *Esportes e vida social*, *As fazendas* e *Os marcossenses* trazem fotos da paisagem e cotidiano da cidade em suas últimas décadas de existência. Elas se ocupam em oferecer ao visitante uma base de informações visuais para que ele possa reconhecer os elementos da memória de São João Marcos que o Parque decidiu por iluminar e celebrar: a beleza da cidade, seu desenvolvimento precoce em relação à outras cidades da região, sua intensa vida cultural e social.

A sessão *alagamento* traz fotos da cidade já demolida, com suas áreas tomadas pelas águas. Trata-se de uma sessão estratégica sob o ponto de vista do discurso, pois existe até hoje, tanto na região quanto entre alguns pesquisadores da história de São João Marcos, um rumor de que a cidade foi demolida em vão, por um erro de cálculo de engenharia. Esse rumor se baseia no fato de que a cidade não foi completamente submersa, fato que pode ser comprovado durante visitas ao próprio Parque durante boa parte do ano.

Para esta pesquisa, não busquei cálculos de engenharia que comprovassem ou negassem este rumor. Apenas me ative a apresentar o discurso do Parque a respeito, que afirma não ter havido erro algum, através dos seguintes argumentos:

Primeiro: na época da inundação a cidade foi, de fato, inundada por completo.

Segundo: o fato de parte das águas da represa serem utilizadas também para abastecimento requer que haja uma distância mínima entre a represa e conglomerados urbanos.

Terceiro: as ruínas do Parque só não ficam submersas porque o reservatório da Light não está funcionando em sua máxima capacidade. Caso isso seja necessário, as águas da represa tomarão a cidade.

Quanto a esse último argumento, pude verificar pessoalmente em 2018, nos meses de março a junho, quando a Light aumentou a reserva de água na barragem de Pirai (segundo eles, ainda sem atingir a cota máxima), e as águas da represa chegaram até a metade da primeira praça.



Figura 13 Foto do alagamento da cidade nos totens digitais

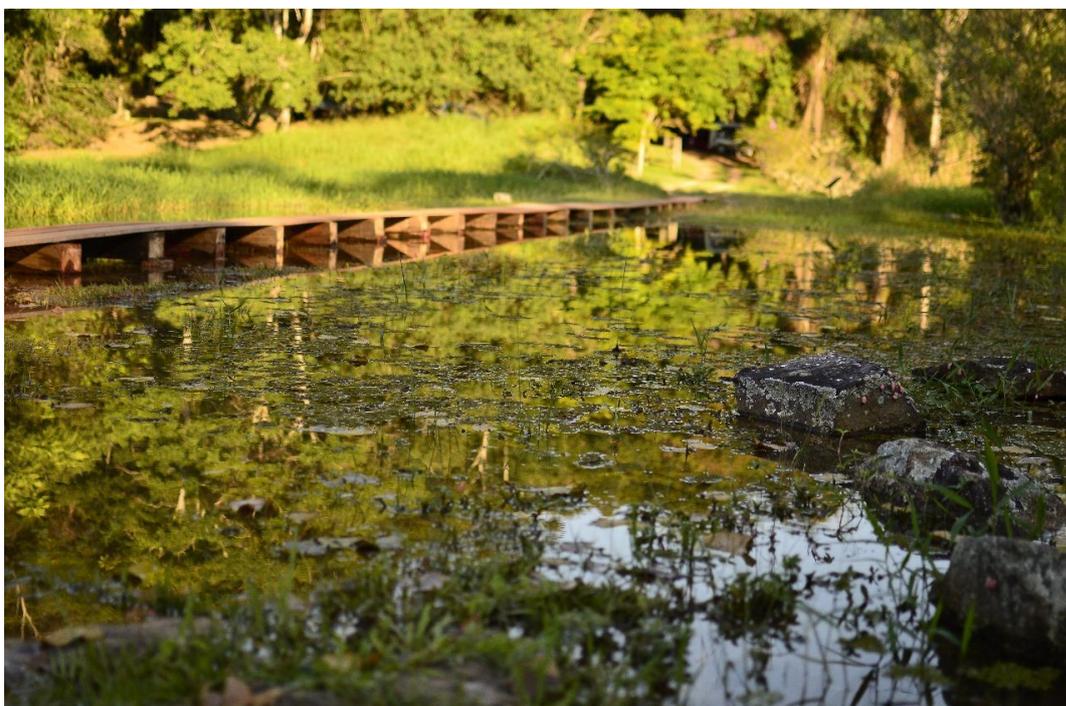


Figura 14 Foto das ruínas alagadas em 2018. Ponte provisória construída para acesso ao Parque

A sessão *Mapas* traz alguns mapas que ajudam o visitante a localizar a cidade e o Parque na região. Mapas antigos localizam São João Marcos em relação aos distritos vizinhos na época, enquanto mapas mais atuais localizam o Parque. Há também um mapa (fornecido pela Light), que sinaliza as áreas de inundação do Parque de acordo com as cotas de operação da Represa, buscando reforçar, mais uma vez, o discurso de que não houve erro de cálculos para a destruição da cidade.

Já a sessão *Documentos* apresenta recibos, impostos e testamentos de variadas épocas da cidade. Não se trata de uma sessão direcionada a pesquisas, uma vez que a quantidade de itens é muito pequena e não está catalogada. É uma coleção de documentos a título de curiosidade que oferecem ao visitante uma oportunidade de conhecer a forma e o tipo de documentos que se emitia em diferentes épocas da cidade.

A respeito desta curadoria, posso discorrer apenas me colocando, mais uma vez, na posição de objeto, uma vez que fui eu quem a realizei.

A documentação de São João Marcos se encontra em poder da prefeitura de Rio Claro, e ainda hoje, é motivo de inquietação na região, principalmente pela dificuldade que a cidade enfrenta em conservar e catalogar os documentos.

Poucos anos antes de eu entrar para a equipe do Parque, a Prefeitura de Rio Claro conseguiu uma verba para um projeto de digitalização, que permitiu que parte destes documentos fossem higienizados e digitalizados (não me foi informada a quantidade percentual destes documentos em relação ao total do acervo).

Em 2013, o gestor do Parque solicitou acesso aos documentos que estavam digitalizados, para incluir no acervo dos totens digitais, e o acesso nos foi permitido através de cópias dos DVD's que continham os arquivos. Assim, ficou sob minha responsabilidade selecionar os arquivos que iriam para os totens.

Meu critério de seleção foi buscar documentos que fossem “interessantes” a um visitante normal, pois a grande maioria eram burocracias frias de pagamentos – que na minha opinião nada científica considerarei *chatos* – principalmente de impostos. Busquei selecionar documentos variados e de variadas épocas que apresentassem curiosidades a respeito de documentações inusitadas para os dias de hoje, como impostos sobre fogos e esmolas, solicitação de inventário à uma viúva, e até um recibo por enterramento de

cadáver. Também busquei documentos que fossem de épocas variadas, demonstrando em seus títulos alguns dos diversos nomes que a cidade já teve, desde uma coleta de impostos de 1839, quando a cidade ainda se chamava Vila de São João do Príncipe, até um imposto de 1936, pela fabricação de sacos de carvão, já recolhida à Prefeitura de São João Marcos.

Para finalizar, cabe aqui acentuar o fato de que não tive acesso a *todos* os documentos da cidade, e nem posso afirmar que tive acesso a todos os documentos digitalizados, apenas aos que foram entregues ao gestor do Parque pela Prefeitura de Rio Claro. E mesmo este acervo ainda não foi esgotado, pois faz parte das metas anuais alimentar esta sessão dos totens todos anos, de forma que, ainda não foram vistos todos os DVD's que foram entregues.



Figura 15 Recibo digitalizado no totem digital. A legenda lê:

IMPOSTO

Collectoria das Rendas Nacionais do Municipio da V. de São João do Pr[incip]e.

ANNO FINANCEIRO DE 1839 - 1840

A F. ____ do L. ____ de Receita fica lançada a quantia de um digo vinte mil reis que pagou [ilegível] Firminno Jose de Castro, na [ilegível] de testamento de Anita Jose de Castro e Sa, correspond [trecho ilegível]

feita aos pobres de [ilegível] de Rio Claro.

E para constar se deo este conhecimento. 11 de Maio.

o Collector - [ilegível]

O Escrivão - [ilegível]

A sessão dos totens *Exposições* traz digitalizados os banners de todas exposições já realizadas pelos projetos do Parque em anos anteriores, a fim de conceder ao público acesso a este conteúdo, mesmo que as exposições não estejam mais em exibição. São elas: *Mulheres de São João Marcos*, *Pereira Passos: Cidadão de São João Marcos* e *Afromarcossenses: História e Legado*.

A exposição *Mulheres de São João Marcos* foi realizada no ano posterior à inauguração do Parque e correspondeu a uma inquietação do gestor do projeto, que tendo se juntado à equipe após a criação do conteúdo dos painéis do Centro de Memória, considerou a pesquisa inicial “excessivamente eurocêntrica e patriarcal”. Ele declarou sentir a necessidade de outros pontos de vista a respeito da cidade e, assim, elaborou essa exposição, que contou com uma pesquisa histórica a respeito de como viviam as mulheres nas fazendas na Era do café (tanto as fazendeiras quanto as escravas) e depoimentos e fotos de ex-moradoras de São João Marcos (já do período pré-destruição). A exposição gerou 15 banners, que foram divididos nas sessões *Mulheres do Vale do Paraíba*, *Mulheres de São João Marcos* e *A mulher afro-brasileira na região*. Há também um vídeo-documentário com o mesmo nome, produzido com os depoimentos e fotos das ex-moradoras.

Já a exposição *Pereira Passos: cidadão de São João Marcos* foi inaugurada em 2013, a pretexto do centenário da morte do ex-prefeito do Rio de Janeiro e buscou, mais uma vez, inserir São João Marcos no contexto histórico do país, através da relação entre a cidade e este famoso personagem. Ela inicia contando a origem de Pereira Passos, nascido numa fazenda de São João Marcos, apresenta algumas informações a respeito do cotidiano das fazendas da cidade, e depois continua contando a trajetória de estudos, viagens, trabalhos importantes como engenheiro, até culminar no período em que ele esteve à frente da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Esta exposição foi exibida tanto no Parque quanto no Centro Cultural da Light, no Rio de Janeiro, tendo como um de seus principais objetivos conectar a cidade com o Parque, através este elo em comum. Hoje, disponível apenas através dos totens digitais no Centro de Memória, ela continua realizando essa conexão, especialmente entre os visitantes do município do Rio de Janeiro que representam a maioria dos visitantes do Parque, conforme será explicado mais adiante.

A última exposição disponível nos totens é a exposição *Afromarcossenses: História e legado*, que retomou o desejo da gestão do Parque em contar a história de São João Marcos a partir de outros pontos de vistas.

Desde o ano de sua inauguração, o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos realiza eventos anuais no mês de novembro, para celebrar o mês da consciência negra, conforme será exposto mais adiante nesta pesquisa. Em 2014, no entanto, foi elaborada esta exposição, com inauguração programada para o evento *Afromarcossenses* em novembro. Trata-se de uma exposição que teve como produtos um vídeo-documentário homônimo, e 21 banners que foram divididos em sessões que falavam sobre a chegada dos escravos a região, o trabalho que realizavam em na região enquanto escravos e o tipo de trabalho que foram desenvolver depois de libertos, a vida cotidiana e cultura de seus descendentes, incluindo aspectos como a prática da religião (tanto a católica quanto das religiões de matriz africana), culinária, música, dança e convívio social, e, por fim a sessão denominada *legado*, que trata dos diversos aspectos do legado afrodescendente na região desde a culinária até o vocabulário.

A exposição buscou colher, através de pesquisa e depoimentos, alguns traços destas *memórias subterrâneas* (Pollak, 1989), num esforço em reconhecer o trauma e as injustiças sofridas por esse povo desde a sua chegada, até séculos após a sua libertação, quando ainda sofriam estigmas – como por exemplo, eram obrigados a frequentar igreja e clube diferentes em São João Marcos. Mas além do aspecto do trauma, a exposição também busca celebrar o legado e a importância de cultura afro na região, pontuando sua permanência na língua, música, dança entre outros.

Um dado interessante a respeito desta exposição foi que a pesquisa histórica foi inicialmente encomendada a um historiador da região, cujo sobrenome inclui o da família Breves. O resultado desta pesquisa inicial foi um documento de 28 páginas em que o nome Breves aparecia 79 vezes. A pesquisa parecia querer, mais uma vez, reclamar a glória passada da família escravagista, muito mais do que homenagear a memória e a cultura negra, que era o objetivo central da exposição. O pesquisador foi então descartado e o texto da pesquisa refeito, com o cuidado de que o nome Breves aparecesse apenas uma vez, na sessão da chegada dos escravos à região, citado como o traficante de escravos que foi.

Este é um exemplo flagrante daquilo que Foucault (1970) apresentou como *interdição do discurso*: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. No caso citado acima, um descendente distante buscava reforçar uma antiga posição de sucesso relacionada a seu sobrenome, tendo como apoio textos históricos que posicionam esse nome dentro do contexto do tema de forma elogiosa (“o rei do café”). Ele ignora, contudo, que ainda que a História lhe dê este pretexto, ele não tem o direito de utilizá-lo, especialmente num contexto onde se busca homenagear aqueles foram prejudicados em prol deste “sucesso”.

De volta ao Centro de Memória, a última mídia disponível é a exibição do documentário *A história de São João Marcos*.

O documentário, de dezesseis minutos, traz entrevistas à dez ex-moradores de São João Marcos, um arqueólogo e um historiador. As memórias dos ex-moradores funcionam como uma validação aos aspectos do cotidiano da cidade apresentados no Centro de Memória, enquanto o historiador e o arqueólogo trazem a chancela do *conhecimento científico* a respeito dos dados históricos e importância da cidade e de suas ruínas.

Semelhante aos demais suportes presentes no Centro de Memória, o documentário busca, a partir de elementos fragmentados das narrativas, construir um discurso coerente, unificador destes fragmentos e que contribua, novamente, para uma “totalidade” da memória que pretende representar.

Voltando aos conceitos desenvolvidos no Capítulo 1 desta pesquisa, a respeito dos *sujeitos da memória* (Ricoeur 2007), o documentário busca combinar narrativas daqueles que viveram a destruição da cidade em primeira pessoa, e assim narram suas memórias a partir do *eu* com os discursos técnicos e institucionais voltados para uma memória pública, construindo sua memória à partir da perspectiva dos *outros*, a quem a informação foi passada e cujo conteúdo foi assimilado e desenvolvido à partir de seus próprios dispositivos intelectuais e sistemas de valores.

O documentário se inicia com a frase “*O lugar que você está prestes a conhecer tem uma história para contar*”, seguida por depoimentos do historiador e do arqueólogo

acerca da origem da cidade, de seu período de glória durante a Era do Café, sua participação durante o *grito do Ipiranga*¹⁴ e sua decadência – justificada mais uma vez pelo declínio da produção de café.

Os minutos iniciais funcionam como uma apresentação da cidade, credenciando sua relevância para a história do país através de um discurso recheado de glória, eventos famosos e um *herói* nacional. Assman (2009) discorre sobre a importância dos heróis para a formação de uma identidade coletiva e, de fato, essa introdução aproxima o espectador da história de São João Marcos, criando vínculos entre ele (através da história da nação) e a cidade.

Em seguida são apresentados trechos das entrevistas a moradores, que narram a beleza da cidade, o desenvolvimento cultural, pontuando o teatro, clube e as festas, e a vida social da cidade. Um a um, através de suas lembranças, os ex-moradores apresentam a *memória coletiva* da cidade, desde seus aspectos físicos e geográficos até seus costumes, tradições, elementos culturais e cotidianos.

Em outras palavras, existe uma lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior: lógica geográfica, topográfica, física que não é outra senão a ordem introduzida por nosso grupo em sua representação das coisas do espaço (é isso: é esta lógica social e as relações que ela determina). (Halbwachs, 1925).

Tal qual proposto por Halbwachs (1925), estes diversos testemunhos reconstroem a memória da cidade através dos pontos em comum às suas narrativas, permitindo que o visitante possa realizar seu próprio trabalho de memória em relação à São João Marcos através dos dados que lhe são apresentados.

Após essa apresentação inicial da cidade pelo viés *oficial* e afetivo, o documentário volta ao historiador. É hora de tocar no assunto sensível: a destruição da cidade. O tópico é introduzido pela apresentação de um dado de caráter histórico, a saber, a falta d'água no Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta-se as alternativas cogitadas para solução deste problema – a ampliação da represa de Ribeirão das Lages, ou de uma *outra* no Rio Paraíba.

¹⁴ Segundo o historiador, D. Pedro I passou por São João Marcos em seu caminho do Rio de Janeiro até São Paulo, pernoitou na cidade e levou em sua guarda real quatro moradores até o Ipiranga.

O historiador então conclui o argumento com a afirmação de que o Estado Novo optou pela ampliação de Ribeirão Das Lages, por questões de economia e praticidade. A Light é citada duas vezes no relato, com as seguintes declarações: “*O governo Getúlio Vargas autorizou a Light a aumentar a barragem.*” e “*A barragem não foi aumentada e a São João Marcos destruída por desejo da Light. Isso é um detalhe muito importante*”.

São afirmações chave para reforçar o discurso institucional da Light – proprietária do Parque – em relação ao seu envolvimento com o destino da cidade: a responsabilidade pela decisão de alargar a cidade recai sobre o *Estado Novo* e a justificativa se apoia na ideologia do progresso do país.

Após essa justificativa institucional, segue-se uma sessão de depoimentos dos ex-moradores, que rememoram a destruição da cidade. Os elementos em comum a essas narrativas são os relatos de que, a princípio “*o povo não acreditou*”, de que a *Light* começou a comprar casas e de que as casas eram demolidas assim que as famílias se mudavam. (Ao que um trecho da entrevista ao historiador comenta que “*as demolições foram feitas para que não houvesse tentativa de retorno*”).

Inicia-se então uma exibição de fotos do cotidiano da cidade, ao som de uma música emotiva, que permite ao visitante empatizar com a destruição da cidade conectando-se emocionalmente, mais uma vez com história narrada.

Logo após o documentário transporta o visitante para o presente (na época da construção do Parque), onde dois ex-moradores percorrem as ruas do circuito arqueológico rememorando estruturas e personagens da cidade. Mas uma vez somos remetidos à *Halbwachs* em suas reflexões iniciais de *A memória Coletiva*:

Assim, quando voltamos a uma cidade em que já havíamos estado, o que percebemos nos ajuda a reconstruir um quadro de que muitas partes foram esquecidas. Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente”. (*Halbwachs, 1925*)

Os testemunhos convergem para a “bondade” do povo, a riqueza da cidade e o esplendor da Igreja Matriz.

Depois destas rememorações, inicia-se a sessão final, que irá reafirmar a importância do Parque. O arqueólogo aponta para a importância da pesquisa nas ruínas

da cidade, enquanto o historiador declara a importância de se *aprender com o passado*. Os últimos depoimentos são de ex-moradores emocionados, que afirmam que o Parque trás *pele menos a lembrança* da cidade.



Figura 16 Ex moradores rememoram a cidade no documentário "A história de São João Marcos"



Figura 17 Ex morador se emociona ao lembrar da cidade

Ao final do documentário, a combinação de narrativas deixa transparecer uma aparente harmonia, ou seja, uma impressão de que os dois discursos concordam e

convergem, mais uma vez, para a *mensagem institucional* identificada anteriormente neste capítulo: “Foi uma bela e importante cidade, é uma lástima que tenha *tido que* ser destruída, mas vamos seguir em frente celebrando sua memória aqui no Parque.

Ao final do documentário, a combinação de narrativas deixa transparecer uma aparente harmonia, ou seja, uma impressão de que os dois discursos concordam e convergem, mais uma vez, para a *mensagem institucional* identificada anteriormente neste capítulo: “Foi uma bela e importante cidade, é uma lástima que tenha *tido que* ser destruída, mas vamos seguir em frente celebrando sua memória aqui no Parque.”

Conforme apontado anteriormente, o visitante termina seu passeio pelo Centro de Memória familiarizado com os elementos da memória de São João Marcos que o Parque busca iluminar: a importância e a beleza da cidade, seu desenvolvimento precoce em relação às outras cidades da região, sua intensa vida cultural e social.

É claro que, como toda memória, esta vem carregada de esquecimentos, alguns dos quais já foram apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa. Alguns destes esquecimentos podem ser considerados *institucionais*, deliberadamente omitidos no discurso, com a intenção de encaixar esta memória dentro dos objetivos do projeto, como a adequação da cidade ao discurso da empresa proprietária do Parque. Outros se dão pela simples disponibilidade de dados para pesquisa, aliados a uma intenção de afirmação de valores, como a exacerbação dos fatos e personagens históricos que concedem ao Parque uma importância nacional, em detrimento talvez de outros possíveis personagens e aspectos mais domésticos. Por fim, há o esquecimento por *apagamento de rastros* (Ricoeur 2007), diretamente relacionado à capacidade de rememoração dos ex-moradores, últimas testemunhas desta memória.

É um consenso entre os estudiosos da Memória que “*lembrar é esquecer*”. No entanto, os elementos da memória de São João Marcos nos apontam para uma compreensão do sentido dos projetos anuais do Parque, bem como das motivações de seus principais patrocinadores.

Dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma

política específica de recordação e esquecimento. (ASSMAN 2009)

A memória de São João Marcos, tratada assim como objetivo, tem o potencial de fornecer à Light a oportunidade de justificativa do seu envolvimento com a destruição da cidade. Fator que se torna curioso quando se imagina que ela poderia, ao invés disso, simplesmente deixar que esta história “caísse no esquecimento”, à medida que suas testemunhas perecessem e o interesse do público diminuísse. Ao contrário, a empresa criou e mantém um parque, cuja existência desperta o interesse de um público crescente pela história da cidade. Cerca de dez mil pessoas são expostas ao conteúdo do Centro de Memória anualmente, muitas das quais nunca haviam ouvido falar sobre São João Marcos.

A outra mantenedora do Parque, Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, tem neste *equipamento cultural* uma oportunidade de cumprimento de alguns de seus princípios e objetivos institucionais, estabelecidos pelo Sistema Estadual de Cultura, a saber: *a valorização da memória e do patrimônio cultural fluminense; fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais e promover a preservação do patrimônio cultural fluminense*. A memória de São João Marcos tem valor *cultural*, quando inserida na história da região e do país, fator decisivo para o enquadramento dos projetos anuais dentro da Lei de Incentivo à Cultura.

Assim, utilizada como objetivo, a memória da cidade tem sido capaz de manter o interesse dos patrocinadores durante os anos que se seguiram à inauguração do Parque através dos projetos culturais nos quais está inserida.

2.3 A MEMÓRIA COMO PRODUTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PATROCÍNIOS E A MEMÓRIA

Seguindo o processo de substituição das categorias *cultura* para *lazer* e *monumento histórico* para *patrimônio*, proposto por Choay (2011), podemos observar o deslocamento do *intrínseco* ao *oferecido*, ou *fornecido*. Neste sentido, a Memória, como apresentada nas justificativas e objetivos, gera *produtos* – neste caso o patrimônio cultural de São João Marcos.

Muito já se foi estudado sobre o caráter “construído” dos patrimônios culturais modernos e Gonçalves (2007) realiza a conexão entre estas construções e o Mercado. Pensar na categoria *patrimônio cultural* como produto é fundamental para entender a natureza mercadológica dos projetos culturais que financiam o Parque.

Ainda que sua *missão* seja o “resgate” da memória da cidade, é nos agentes do mercado cultural que o Parque irá encontrar sua forma de subsistência. Buscando na memória sua justificativa e militância, é no patrimônio cultural que os projetos realizam sua interface com o mercado, oferecendo produtos que interessam a seus patrocinadores. Conforme pontuado por Gonçalves (2007):

Concomitantemente à formação dessa nova configuração, o mercado vem progressivamente sendo representado não exatamente como um inimigo, mas como um aliado do patrimônio. Empresas participam de “parcerias” com agências estatais, acionando-se recursos privados em favor de projetos públicos de preservação. Organizações não-governamentais elaboram e implementam projetos com apoio do Estado.

Esta é, de fato, a configuração que se averiguou neste capítulo. O Estado, ainda que presente no patrocínio, do Parque, não o faz via doação direta, mas através de uma lei que envolve o relacionamento entre agentes culturais (o Instituto Cultural Cidade Viva) e empresas privadas, mediante incentivo fiscal.

Dentro desta realidade, o patrimônio cultural não é regulamentado apenas por leis estatais, ou livremente, de acordo com os interesses de empresas privadas, mas em diálogo com a sociedade civil, através de seus agentes culturais, que buscam equilibrar obrigações e interesses sem, contudo, perder o objetivo central do projeto – no caso do Parque, a memória de São João Marcos.

Assim, esta memória, que é justificativa e objetivo, torna-se produto, ou melhor, produtos. Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial são oferecidos ao público em geral, à alunos e à imprensa, aproximando o diálogo entre estes interlocutores e os patrocinadores do projeto. Interesses institucionais e de Comunicação são atendidos e a memória de São João Marcos construída de divulgada.

O risco alertado por Assman no início deste capítulo, acerca da “deformação e redução da recordação” é um risco permanente neste modelo, e precisa ser observado diligentemente a cada novo projeto anual, a cada reforma na regulamentação da lei e a

cada e-mail com solicitações por parte dos fornecedores. Porém é um risco passível de ser administrado, enquanto houver clareza de objetivos e possibilidade de diálogos entre empresa, Estado e agentes culturais. Pelo menos é o que a análise dos dados neste capítulo nos leva a concluir.



Figura 18 Alunos observam objetos arqueológicos no Centro de Memória



Figura 19 Matérias da imprensa a respeito do Parque

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: ANASTILOSE DA MEMÓRIA – DOS VESTÍGIOS ÀS SOLUÇÕES

Conforme já visto anteriormente, muitos são os dispositivos que podem ser utilizados na preservação e evidênciação de uma memória. Desde técnicas, discursos, narrativas até políticas públicas de financiamento, uma vez que exista a intenção de reativar uma memória específica, as soluções podem ser encontradas em diversos âmbitos.

Quando nos deparamos com vestígios e ruínas, que se somam à narrativas e rememorações em torno de um *lugar de memória*, as ações de evidênciação e reativação da memória podem ser naturalmente potencializadas, alcançando desdobramentos acima daqueles originalmente intencionados.

Este é o caso do projeto “*Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*”, que buscou qualificar o circuito arqueológico do Parque, através de um patrocínio do BNDES, cujo foco era o desenvolvimento da região.

Neste capítulo faremos um estudo de caso deste projeto, buscando compreender como as transformações no circuito arqueológico, financiadas pelo projeto, influenciaram permanentemente a forma como o trabalho de memória dos visitantes é realizado no Parque e por que o BNDES financiou esse projeto.

Para responder a essas questões, partiremos de duas proposições principais, que serão analisadas no decorrer deste capítulo: 1) as benfeitorias realizadas no circuito arqueológico do Parque, modificaram a experiência do visitante neste espaço e, conseqüentemente, os meios pelos quais ele realiza seu trabalho de memória individual para a rememoração da cidade de São João Marcos. 2) Não apenas o modelo de patrocínio deste projeto foi diferente dos projetos anuais apresentados no capítulo anterior, como a *justificativa e objetivos* para este patrocínio também tiveram de ser modificados para atender aos interesses específicos de um *banco de desenvolvimento*.

Iniciaremos esta investigação partindo da segunda proposição, a respeito da justificativa do projeto.

O projeto alvo deste estudo foi financiado pelo BNDES, com recursos do *subcrédito social*. Trata-se de um recurso da linha “Investimentos Sociais de Empresas”, do Banco Nacional do Desenvolvimento, voltado para, segundo a definição do próprio banco,

“[apoiar] projetos envolvendo as comunidades nas áreas de influência geográfica das empresas e ações que beneficiem segmentos da população, mesmo aqueles que não estejam associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência, mas que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas.” (BNDES, site).

Assim sendo, será relevante realizar uma análise da relação do Parque com a localização onde está inserido, a saber, o município de Rio Claro. Será feita uma reflexão sobre o fato de o Parque ser um dos raros equipamentos culturais na região, conter infraestrutura adequada para área de lazer e entretenimento e, ao mesmo tempo, ser o *lugar de memória* que traz em si a lembrança da cidade de São João Marcos.

Após essas reflexões iniciais, chegaremos ao tema central do trabalho: o projeto realizado em 2014 com os recursos de subcrédito social do BNDES. Nesta sessão do capítulo serão apresentadas as características gerais deste tipo de financiamento, os pré-requisitos necessários para submissão de projetos e a forma como se deu a submissão do projeto realizado no Parque. Também serão apresentados todos os atores envolvidos no projeto, a saber, a Light S.A. como proprietária do Parque, o BNDES como patrocinador do projeto, e o Instituto Cultural Cidade Viva, como idealizador e realizador deste projeto específico.

A seguir apresentaremos o projeto como um todo, passando rapidamente por seus diversos objetivos, e nos atendo mais especificamente ao objetivo de “qualificação do circuito arqueológico”.

Passaremos, então, para a análise da proposição 1, que se iniciará com uma demonstração da técnica de anastilose, através de imagens de sua aplicação em duas ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Também será interessante refletir sobre a escolha das ruínas que foram selecionadas para esse trabalho.

O capítulo trará então uma reflexão sobre o impacto das mudanças na paisagem do Parque para a memória da cidade de São João Marcos e sua representação, à luz de conceitos relacionados ao trabalho de memória, à paisagem e à memória coletiva.

3.1 VESTÍGIOS E PAISAGEM: A MEMÓRIA, O PRETEXTO E O CENÁRIO

Construído com o intuito de “salvaguardar e fomentar a memória” da cidade de São João Marcos, o Parque está inserido no município de Rio Claro, região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, na serra que liga os municípios de Rio Claro e Mangaratiba. Trata-se de uma região parcialmente rural, com longos quilômetros de estrada entre os distritos de habitantes, onde os equipamentos de lazer e entretenimento variam de escassos a inexistentes.

Uma pesquisa ao portal *Mapa de Cultura*, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, irá revelar que município de Rio Claro tem apenas dois *espaços culturais*: a Casa de Cultura Manoel Gonçalves de Souza Portugal, que fica no Centro de Rio Claro e o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

O Parque, no entanto, é o único espaço do município que contém uma estrutura museológica permanente, infraestrutura para eventos culturais como festas, festivais e apresentações artísticas, além de oferecer as interações entre meio ambiente e patrimônio material.

Essa característica multicultural deste espaço, permite que o mesmo consiga atrair um público de interesse variado, o que resulta numa frequência significativa para um espaço cultural na região: uma média de dez mil visitantes anuais.



Figura 20 Realização de eventos ao ar livre



Figura 21 Mirante de observação dos pássaros atrai público voltado para a interação com a natureza



Figura 22 Microempreendedora opera negócio no Parque

Neste cenário, é possível argumentar que o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pode representar funções diversas em sua utilização, que vão além de sua autoproclamada missão em relação à memória da cidade, dentre elas, o turismo e o desenvolvimento econômico do município.

Esse parece ter sido o equilíbrio encontrado para a escrita do projeto: detectar uma oportunidade mercadológica proporcionada por um patrocinador e propor uma relação entre esta oportunidade e o potencial do Parque em concretizá-la na região.

Assim, no caso do projeto estudado, o patrocínio realizado pelo BNDES, justificou-se pelo viés do desenvolvimento local, ou seja, a capacidade do Parque em atrair turistas e usuários que aqueçam a economia dos municípios em seu entorno. Ao ler o teto do projeto apresentado pelo ICCV ao BNDES, é possível destacar os seguintes trechos:

[...] o projeto visa realizar intervenções no sítio arqueológico de São João Marcos e melhorar a acessibilidade e visibilidade a seus atrativos, com o objetivo de tornar o espaço um destino diferenciado de turismo cultural, criando oportunidades concretas para o fomento de atividades direta e indiretamente ligadas às atividades ali desenvolvidas. Concomitantemente realizar cursos e oficinas técnicas para qualificar a mão de obra

e despertar o senso empreendedor nos cidadãos da região para que possam aproveitar a força e o potencial econômico do empreendimento. (ICCV, 2013)

É possível perceber uma mudança significativa nas justificativas e objetivos do projeto. Enquanto os projetos apresentados à SEC relacionavam o Parque diretamente à cultura e à memória da região, ao BNDES foram apresentados argumentos a respeito dos potenciais turístico e econômico do Parque.

Compreendendo essa mudança fundamental de paradigma, podemos seguir em frente, analisando as condições contextuais da elaboração deste projeto.

Conforme apresentado no Capítulo 2, o Parque funciona através de projetos anuais de patrocínio, voltados para a produção cultural e elaborados pelo Instituto Cultural Cidade Viva (ICCV), que, uma vez aprovados, garantem a operação do Parque para o próximo ano, através do patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura e da Light. Ou seja, a Light concede a permissão para que o ICCV realize em seu imóvel – O Parque – projetos anuais que garantem a gestão, funcionamento, manutenção (incluindo contratação de funcionários) e atividades culturais e educativas do ano.

Assim, de acordo com o modelo vigente desde sua inauguração, o Parque, a pesar de ser propriedade da Light, é gerido pelo Instituto Cultural Cidade Viva – através do patrocínio já citado anteriormente.

Compreendendo essa organização básica, resta esclarecer que os projetos anuais acima explicados são de caráter estritamente cultural e educativo e garantem ao Parque um orçamento básico, apenas a manutenção rotineira de suas atividades do ano.

O projeto *Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*, que é o objeto deste estudo, nasceu de uma necessidade *prática*: parte da torre da Igreja Matriz, ruína tombada pelo Inepac, estava começando a se desestabilizar pela ação do tempo e precisava de reparos urgentes para que não viesse a ruir de vez.

Movido pela urgência e por desejo já antigo da gestão do Parque de aprimorar a evidenciação de algumas das ruínas do circuito, o ICCV solicitou que uma empresa de restauração o auxiliasse a elaborar um projeto que não apenas solucionasse o problema da torre da igreja, mas que também oferecesse soluções que qualificassem o circuito arqueológico. Este projeto gerou a proposta de anastilose de duas das principais ruínas do circuito: a Igreja Matriz e a Casa do Capitão Mor. No entanto, a execução destas ações

seria o equivalente ao orçamento de um ano inteiro do Parque, e não poderia ser executada com o modelo do patrocínio de costume.

Nesta ocasião, por coincidência, a Light estava submetendo projetos à Linha de Investimentos Sociais de Empresas do BNDES e solicitou que o ICCV apresentasse algum projeto relacionado ao Parque.

O projeto, no entanto, deveria ter um caráter específico voltado para o desenvolvimento local, uma vez que os pré-requisitos para financiamento desta linha são:

[...]ações que tenham como público-alvo populações expostas a algum tipo de risco social e localizadas em comunidades das áreas de influência geográfica do cliente, preferencialmente no entorno do projeto econômico apoiado pelo BNDES;
ações que beneficiem fornecedores locais de bens e serviços acessórios (vestuário industrial, brindes, alimentação, vigilância, pequenos reparos, transporte, dentre outros) com impacto direto na inclusão social naquela comunidade. (BNDES, site)

Dentre os itens financiáveis, estavam incluídos:

obras civis, máquinas, equipamentos e materiais permanentes; serviços técnicos especializados; profissionalização de pessoas com formação escolar até nível médio; desenvolvimento, difusão e reaplicação de tecnologias sociais que aprimorem políticas públicas. (BNDES, site)

Assim sendo, a gestão do Parque viu a oportunidade de trazer melhorias ao circuito arqueológico, desenhando um projeto que não fosse especificamente cultural, como os habituais, mas que pensasse São João Marcos para além deste legado, em sua relação com a região onde estava inserido.

Desta forma foi escrito o projeto “*Consolidação do patrimônio arqueológico, geração de conhecimento e capacitação no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos*”, cujo escopo trazia três objetivos principais: 1) A qualificação do circuito arqueológico e infraestrutura do Parque com fins de fomento ao turismo na região, 2) a realização de oficinas de capacitação para micro e pequenos empresários locais e 3) a execução de um programa de educação patrimonial, voltado para alunos de escolas públicas dos municípios no entorno do Parque.

A seguir, faremos uma breve descrição dos objetivos 2 e 3, para então, nos atermos com mais atenção ao objetivo 1.

As oficinas de capacitação foram voltadas para dois públicos específicos: donos de restaurantes e pousadas da região foram convidados a realizar uma oficina de gastronomia, em parceria com o Instituto Gastronômico das Américas (IGA). Para esta oficina, o IGA mensurou e preparou iguarias de um caderno de receitas da ex-moradora de São João Marcos, D. Cidinha, e ensinou os participantes a servirem essas receitas em padrão *gourmet*, instruindo desde conceitos básicos, como tempo de cozimento ideal de alguns alimentos, até a montagem dos pratos para apresentação.



Figura 23 *Banana Capote: Receita de uma ex-moradora adaptada para culinária gourmet*

A outra oficina foi voltada para os empregados de uma construtora civil local. Estes foram capacitados em técnicas de restauro, para reformas em estruturas e edifícios tombados. Após a oficina, a empresa foi contratada para realizar as obras de qualificação do circuito arqueológico.

O programa de educação patrimonial levou ao Parque cerca de mil e seiscentas crianças e adolescentes, que aprenderam sobre arqueologia e a importância da preservação do patrimônio material através da visita as ruínas.

No entanto, o objetivo de resultado de caráter mais permanente para a memória da cidade representada no Parque foi a qualificação do circuito arqueológico. Esse é o item que será analisado na próxima sessão deste capítulo.

3.2 PRESENÇAS QUE TESTEMUNHAM UMA AUSÊNCIA – AS RUÍNAS E UM VAZIO REPLETO DE MEMÓRIA

Lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além das fases de esquecimento coletivo. Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para ele, e ali encontram uma paisagem, monumento ou ruínas. Com isso ocorrem “reanimações”, nas quais tanto o lugar reativa a recordação, quanto a recordação reativa o lugar. (ASSMAN, 2011)

De fato, esta relação entre lugar e memória sempre foi intrínseca a São João Marcos e o Parque.

Por setenta anos, as ruínas de São João Marcos passaram por um processo de esquecimento, sendo engolidas pela vegetação e pelo silêncio que as cercavam. Uma espécie de “esquecimento de reserva” (Ricoeur, 2007), onde a memória da cidade permanecia apenas em sua potencialidade, sem, contudo, ser acessada, conforme já investigado no Capítulo 1.

Desde a inauguração do Parque, no entanto, em 2011, as visitas de ex-moradores e parentes destes são constantes. Como peregrinos, esses indivíduos voltavam para percorrer as ruas por onde andaram na infância, para rememorar experiências e entes queridos. Além disso, o público turístico também passou a frequentar o local, e, embora não tivesse conhecimento prévio sobre a cidade, frequentemente terminava sua visita comovido pela história de São João Marcos.

Ainda assim, até este projeto de requalificação, em 2014, as ruínas da cidade estavam espalhadas por um vasto campo aberto, ou escondidas entre as árvores, sendo necessária a instalação de placas de sinalização para que os visitantes soubessem aonde olhar e o que estavam olhando. Elas precisavam que o Parque apontasse para elas e contasse sua história.

Isso porque, pelo fato de a cidade ter sido demolida, o que restava de suas construções eram apenas pequenos pedaços de muros e pedras espalhadas em torno das áreas onde um dia estiveram os edifícios.



Figura 24 Exemplo de ruína reduzida à suas fundações



Figura 25 Visão geral da chegada ao circuito arqueológico em 2012

No entanto, a requalificação do circuito arqueológico do Parque contou com algumas ações que foram fundamentais para dar *voz própria* a elementos importantes desta paisagem, de modo que passaram a impor sua relevância pela ênfase dada em sua mera presença. São elas: 1) O restauro do traçado original das praças e ruas do centro da cidade, 2) O retorno do busto de Feliciano Sodré ao seu local original, 3) A construção do mirante à beira da Represa, 4) A evidenciação e estabilização das ruínas da Igreja Matriz e 5) a anastilose realizada nas ruínas da Casa do Capitão-Mor.

A primeira ação a ser comentada será o restauro do traçado original das praças e ruas do centro da cidade. Embora o controle da vegetação fosse mantido desde a inauguração do Parque em 2011, as verbas do projeto permitiram que as praças recebam grama. Isso resultou num contraste significativo entre as áreas das praças, e desenho das ruas com o restante da vegetação e do solo do Parque. Esta ação evidenciou a diferença entre as praças e um simples campo aberto. Mesmo o visitante mais distraído pode perceber com clareza o posicionamento das praças Cindo de Julho e Feliciano Sodré e o contorno das ruas em seu redor.

Um observador perspicaz, que deseje rememorar a cidade sentirá a eloquência do vazio que representa a ausência das casas nestas ruas. Tal qual o *flâneur*, o traçado das praças e ruas vazia convida a imaginar as construções que não estão mais lá, os carros e festejos que um dia a ocuparam, especialmente uma vez que já se passou pelo Centro de Memória e se teve acesso às fotografias da antiga cidade.

Não se trata mais de um simples terreno ao ar livre, mas sim de uma cidade de ruas desertas.



Figura 26 Exemplo do traçado das praças apenas com o controle da vegetação original



Figura 27 Traçado original das praças e ruas após aplicação da grama

A segunda intervenção foi o retorno do busto de Feliciano Sodré ao seu local original, na praça homônima. Na ocasião da demolição de São João Marcos esse monumento havia sido retirado e encontrava-se, até o ano de 2014, no distrito de Passa Três, Rio Claro. Como parte das festividades de inauguração das obras do projeto, no entanto, mediante acordo com a Prefeitura de Rio Claro, o busto foi devolvido à Praça Feliciano Sodré.

Este monumento funciona como um importante marco desta cidade, que teve grande relevância política em sua Era de prosperidade, tendo sido berço de importantes personagens como Ataulfo de Paiva e Pereira Passos. Até mesmo em seus momentos finais, a cidade demonstrou intensa mobilização política, tendo se organizado para pleitear o tombamento de seu conjunto arquitetônico pelo então SPHAN e enviado diversos manifestos à capital, contra a decisão presidencial de sua extinção, conforme pode ser verificado nos registros do processo de tombamento da cidade, junto ao IPHAN.

Para definir o termo “monumento”, reportar-nos-emos à sua etimologia. Ela deriva do substantivo latino *monumentum*, fruto do verbo *monere*: “advertir”, “lembrar à memória”. Chamar-se-á então “monumento” todo artefato (túmulo, tumba. Poste, totem, construção, inscrição...) ou conjunto de artefatos deliberadamente concebido e realizado por uma comunidade humana, independentemente da natureza e das dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes àquela da cidade...), a fim de lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos de sua identidade. (CHOAY, 2011. P12)

Neste sentido, o busto devolvido à Praça Feliciano Sodré pode ser considerado um monumento não apenas ao político nele homenageado, mas à própria prática da política, elemento tão comum ao cotidiano de São João Marcos.



Figura 28 O busto de Feliciano Sodré de volta ao seu local original

A terceira ação do projeto a ser comentada é a construção de um mirante à beira das águas da Represa de Ribeirão das Lages.

A ampliação da represa foi fator fundamental para o destino da cidade e, de fato, até hoje, suas águas chegam a inundar parte do circuito arqueológico, como foi dito anteriormente. Essas águas, que por mais de uma vez marcaram a história e o destino da cidade, no entanto, tinham pouco ou nenhum protagonismo no trajeto percorrido pelo visitante do Parque até 2014.

A represa demarcava apenas os limites do território do Parque através de um contorno indefinido e parcialmente escondido pela vegetação durante boa parte do ano.



Figura 29 Visão da represa antes do mirante

Entretanto, durante o projeto de requalificação do circuito arqueológico, a vegetação deu lugar à construção de um mirante, que incluiu projeto paisagístico e obras de delimitação do contorno desta parte da represa.

Neste mirante foram construídas as estruturas “Obra escola”, para atividades lúdicas em torno da arqueologia, e “Viveiro de São João Marcos”, que abriga mudas de espécies da região. Além disso, foram espalhados bancos de praça junto ao limite das águas.

Este mirante à beira da represa pode ser considerado como um espaço rememoração, onde o visitante é convidado a sentar-se de frete para as águas, que representam ao mesmo tempo o fim de São João Marcos e o fim do circuito de visitação do Parque.

Serve também como um apoio ao discurso já apresentado no Capítulo 2, a respeito das *águas de São João Marcos*, reforçando a ideia de que as águas, de fato, tomaram a cidade e de que os rumores que alegam o erro de cálculo estão errados.

No entanto, o mirante só funciona como apoio visual a este discurso durante alguns meses do ano, uma vez que o nível das águas da represa baixa consideravelmente de acordo com operação da represa. No período mais seco, um visitante que não conheça o Parque em outros meses pode realmente ficar com a impressão de que não havia a necessidade de se demolir uma parte tão grande do centro. Neste caso, sua experiência de rememoração é completamente diferente, abrindo margem para reações de melancolia e revolta, que comumente aparecem nos comentários colhidos pela equipe.

Um futuro estudo poderia ser interessante para investigar mais a fundo as diferenças nas percepções dos visitantes durante os períodos de cheia e estio, para aferir com mais exatidão a relação entre as diferenças da experiência de rememoração dos visitantes de acordo com o nível da represa.



Figura 30 Mirante construído à beira da Represa de Ribeirão das Lages



Figura 31 Parte considerável do circuito arqueológico tomado pelas águas da represa

O penúltimo resultado a ser analisado é a evidenciação e estabilização das ruínas da Igreja Matriz. Esta importante construção deu origem à cidade de São João Marcos e a necessidade de reparos em suas estruturas remanescentes originou o próprio projeto de qualificação estudado neste artigo. Sua imponência era motivo de orgulho entre os moradores e já foi mencionada por diversos pesquisadores. De fato, tratava-se de uma construção tão singular que o SPHAN chegou a ordenar que fosse registrada e reconstruída, em seus mínimos em outro local após sua destruição.

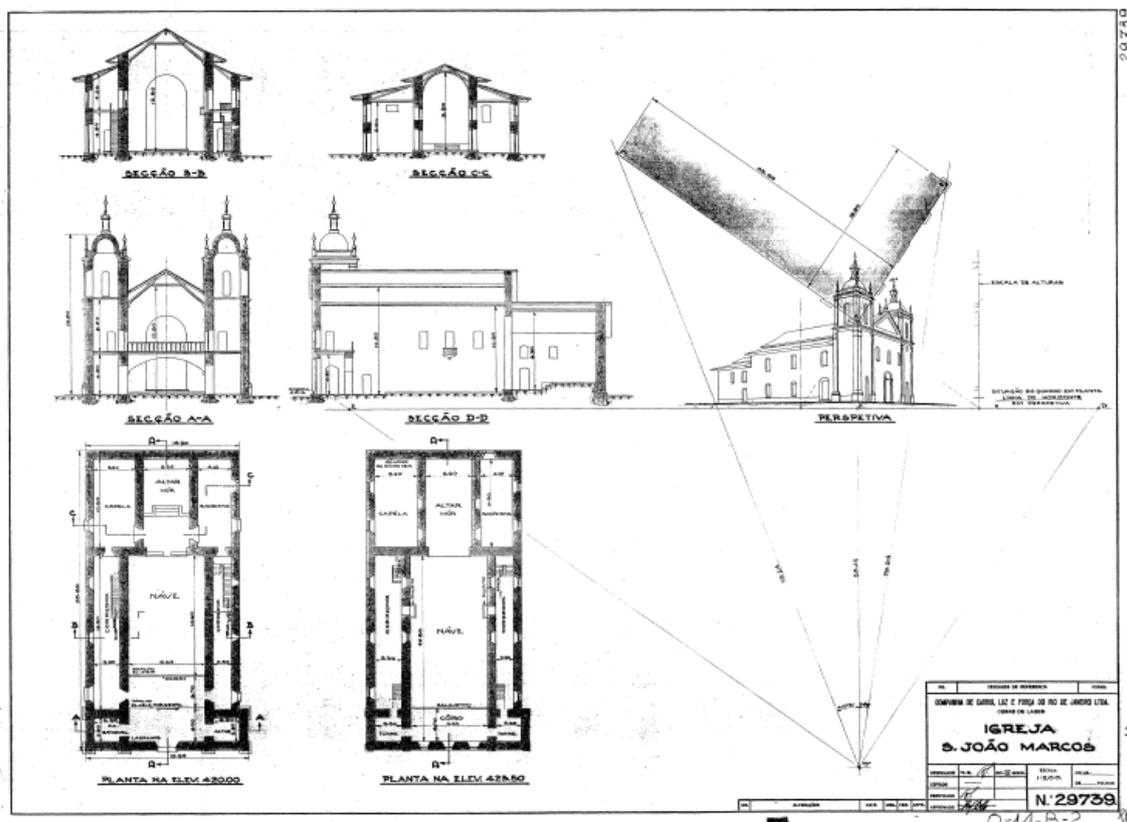


Figura 32 Estudo realizado para reconstrução posterior da Igreja

Já no Parque, situada em posição de destaque no circuito arqueológico e em posição ímpar de importância para a memória da cidade, Igreja Matriz consistia apenas em um pedaço de torre despontando sobre um amontoado de terra a seu redor. E este pedaço de torre estava perigosamente ameaçado de desabamento devido à ação do tempo e fatores climáticos aos quais estava exposto.

As obras de requalificação devolveram à Igreja o protagonismo físico que equivalente ao seu protagonismo simbólico. Suas duas torres foram desenterradas e estabilizadas, bem como parte do chão de mármore original, que foi evidenciado. Além disso, foi construída uma réplica do cruzeiro que ficava originalmente à sua frente e o caminho da rua até sua entrada foi reconstituído.

Em meio as árvores que substituíram parte da cidade e à fragmentos arruinados da vida cotidiana de São João Marcos, a Igreja Matriz se ergue novamente como um símbolo da cidade, função inegável que exerceu em seus dias de glória e volta a representar nesta paisagem de vestígios e recordações.



Figura 33 Igreja Matriz antes das obras de 2014



Figura 34 Igreja Matriz após o projeto de qualificação

Por fim, resta ainda refletir sobre uma última intervenção na paisagem do circuito arqueológico do Parque: a anástilose realizada nas ruínas da Casa do Capitão-Mor.

Construída no período colonial para ser a casa do Capitão-Mor (espécie de governante com autoridade administrativa e militar sobre a cidade), essa construção tanto testemunhou quanto representou o passar do tempo e a modernização da cidade. Após o fim do período colonial, manteve-se de pé, sendo utilizada como armazém, escola e até clube social, acompanhando as transições históricas e culturais de São João Marcos.

No Parque, suas ruínas estavam localizadas próximas à Represa, já quase no final do circuito arqueológico, e consistiam apenas de pedras espalhadas, que ficavam parcial ou completamente submersas nos períodos de inundação.

Com a execução do projeto de qualificação do circuito, foi possível aplicar nestas ruínas a técnica denominada *anástilose*, que identificou as pedras e elementos de cantaria, bem como suas funções no edifício. Desta forma, foi possível reerguer parte considerável do nível térreo da fachada, incluindo janelas, arcadas e portais.

Também foi removida a terra que cobria o chão da construção, evidenciando o piso, as marcações de cômodos e os vestígios de elementos originais do interior da casa, como escadaria, lavabo e tanque.

A impressionante reconstituição impactou profundamente a paisagem do Parque e Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, tendo suas grandes janelas se tornado um dos pontos preferidos para fotografias dos visitantes. Outro elemento especial desta ruína é o fato de ser possível entrar na casa e percorrer seus cômodos – mais imaginados que presentes.

Se a intervenção na Igreja da Matriz representa uma lembrança à fundação da cidade, a anástilose na Casa do Capitão Mor pode ser vista como um testemunho da evolução histórica desta memória, não apenas da fundação da cidade até sua destruição, mas até o presente. A fachada desta casa levanta-se, incompleta e destruída para demonstrar através de sua presença, a ausência da cidade que não é mais.

As placas de sinalização ainda permanecem no circuito, mas as ruínas não dependem mais apenas delas para contar sua história.



Figura 35 Ruínas da Casa do Capitão-Mor antes de 2014



Figura 36 Ruínas da Casa do Capitão-mor após a anastilose



Figura 37 Visão geral do circuito arqueológico após as obras do projeto

3.3 ANÁLISE DO ESTUDO

Combinando técnicas de restauro com políticas públicas, o projeto não apenas cumpriu seu objetivo principal de potencializar o apelo turístico do Parque, mas transformou profundamente a forma como as ruínas da cidade contavam sua própria história, adicionando um poderoso impacto visual à paisagem da finada cidade.

Embora a justificativa inicial para o projeto tenha sido aumentar a capacidade do Parque em atrair turismo e fomentar o desenvolvimento na região, os objetivos propostos estavam impregnados da memória da cidade.

As oficinas de capacitação foram baseadas em saberes de ex-moradores e na preservação do patrimônio material, o programa de educação patrimonial levou jovens a percorrer as ruínas e conhecer a história da cidade, e a qualificação do circuito arqueológico, ainda que voltado para a justificativa do turismo, evidenciaram e devolveram o protagonismo a elementos fundamentais da memória de São João Marcos.

É possível aferir que, com o trabalho realizado no circuito arqueológico, a memória da cidade ganhou um poderoso elemento para sua ativação.

Os vestígios que antes poderiam parecer apenas pedras espalhadas pelo chão, para um visitante mais desatento, agora se levantam e se mostram por si mesmos, sem precisar que alguém os aponte. Passam a se tornar monumentos de si mesmos, e ao mesmo tempo símbolos visuais do próprio Parque, tornando este uma espécie não de substituição, mas de espaço de recordação, um local onde a memória não é apenas narrada, mas experienciada pelo visitante, através de seus olhos, seus passos e sua imaginação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de memória são o resultado de dinâmicas deliberadas de lembranças e esquecimentos. Valorizar objetos, entronizar personagens no panteão de uma construção discursiva da história, restaurar um quadro, um prédio ou um bairro seguindo a opção de uma determinada época ou padrão arquitetônico é bem diferente de refletir sobre os mecanismos que levaram uma sociedade a valorizar aqueles objetos e não outros, ou de estudar sobre as escolhas dos quadros a serem restaurados e daqueles fadados à destruição, ou ainda de observar criticamente que a restauração de um bairro ou de um complexo arquitetônico a partir de determinados padrões estéticos não é suficiente para restaurar a “autenticidade original” destes espaços. (FILHO, ABREU, 2007)

Analisando os dados e reflexões trazidos nesta pesquisa, é possível fazer algumas considerações a respeito da relação entre a memória de São João Marcos e políticas públicas de patrocínio.

O aspecto que chama mais atenção é a questão da *estratégia* utilizada para relacionar memória e patrocínio. Considerando que nenhuma das políticas de patrocínio que beneficiaram – e continuam beneficiando – o Parque é voltada especificamente para a Memória, foi necessário encontrar um caminho entre a autodeclarada missão do Parque (o resgate da memória de São João Marcos) e a sua viabilização econômica.

No caso dos patrocínios anuais, via Lei de Incentivo à Cultura, a estratégia utilizar foi apresentar a memória de São João Marcos dentro de um contexto de patrimônio cultural, desenhando projetos cuja relevância se justificou pelo esquecimento da cidade e da importância de resgate desta memória. Uma vez estabelecida a justificativa para o patrocínio, os *objetivos* foram traçados de acordo com as regras do patrocínio, ou seja, de acordo com o edital da SEC.

Através do edital e dos textos de lei, o patrocinador – neste caso o Estado do Rio de Janeiro – deixa claro quais são as suas regras e seus interesses para o patrocínio. Ele declara o que considera *cultura*, quais tipos de ações está disposto a patrocinar, – bem como quais ações *não podem* usufruir de seu dinheiro – que tipo de projetos está

interessado em contemplar e até qual o máximo de dinheiro que está disposto a dar para cada tipo de projeto.

Munida destas informações a equipe de gestão do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, a saber, o Instituto Cultural Cidade Viva, desenhou um projeto cujos objetivos, embora contribuíssem para construção da memória de São João Marcos, também representassem ações patrocináveis pela lei. Assim, renovam-se anualmente projetos repletos de *produções culturais*, como a manutenção do Patrimônio Material (as ruínas de São João Marcos) e a manutenção do Centro de Memória, cujos textos e narrativas em formato de cultura – fotografias, vídeo, exposições – recriam a memória de São João Marcos mesmo para o visitante que nunca havia ouvido falar da cidade.

A estratégia para relacionamento com o outro patrocinador dos projetos, a Light, precisa ser um pouco mais subjetiva, uma vez que as “regras” para patrocínio não estão tão claras e bem estabelecidas quanto os textos de lei. Sendo a proprietária do Parque, o benefício econômico em contar com a Lei de Incentivo para auxiliar nas despesas de manutenção do imóvel pode parecer evidente à primeira vista. Mas isso se confirma uma vez que mantenha o interesse da empresa em manter o Parque funcionando. Em outras palavras: ao invés de arcar com 100% das despesas para funcionamento do Parque, a Light precisa contribuir apenas com 20%, uma vez que o restante vem do estado. No entanto, essa “economia” de 80% poderia se tornar em uma economia de 100% se a empresa simplesmente resolvesse fechar o Parque e deixar que as ruínas fossem retomadas pela vegetação, como estavam há alguns anos atrás.

Assim, é preciso buscar compreender as razões que levam a Light a continuar patrocinando anualmente esses projetos. Como esta pesquisa parte da inauguração do Parque, não foram buscados aqui os motivos que levaram a Light a criar o Parque em primeiro lugar, mas sim os fatores contextuais sob os quais os projetos são inscritos e apresentados.

A pesquisa apresentou as diversas interfaces entre o terreno do Parque e órgãos regulamentadores e fiscalizadores como o INEA, INEPAC e IPHAN, por conta de suas características ligadas ao Patrimônio Ambiental e Patrimônio Material. Tais interfaces contribuem permanentemente como um fator de interesse na manutenção do Parque, não

necessariamente sob o ponto de vista do risco de possíveis multas (que dificilmente se igualariam ao valor gasto pela empresa nos projetos), mas como uma manutenção imagem institucional desta empresa frente a esses órgãos.

Outro fator relevante apresentado foi o fato de o Parque oferecer à Light a oportunidade de contar “a sua versão da história” e apresentar ao visitante sua posição a respeito da destruição da cidade. Afirmando-se firmemente no discurso da necessidade de progresso e transferindo para o governo do Estado Novo a responsabilidade pela decisão de destruir a cidade, a Light oferece ao público uma versão conciliadora de sua polêmica participação na demolição de São João Marcos.

A responsabilidade da equipe de gestão do Parque para com a memória da cidade, neste caso, é apresentar discursos diversos, a fim de que não sejam simplesmente apagados e ignorados os fatores principais desta memória – como a identidade da cidade, sua trajetória e sua destruição. Ao invés disso, mesmo oferecendo a versão *institucional* da história, também são apresentados como contraponto narrativas de ex-moradores, fotografias e informações que buscam proporcionar ao visitante uma versão mais abrangente dos acontecimentos.

É claro que, conforme pontuado no capítulo dois, nunca haverá uma versão “completa” da memória de São João Marcos, pois toda memória implica em esquecimento, seja por omissão intencional, pela indisponibilidade de dados ou pelo simples interesse do pesquisador / curador em um aspecto em detrimento de outros.

Permeando essas relações, é possível observar que estratégia para os patrocínios anuais do Parque utiliza a memória do Parque como *justificativa*, no sentido de reforçar a importância dos projetos, como *objetivo* no sentido de realizar ações culturais que permitam a construção e apresentação da memória da cidade e como *produto*, considerando seu potencial de despertar o interesse tanto do público quanto de seus patrocinadores.

Já no caso do projeto especial, financiado pelo BNDES, que possibilitou ações pontuais e permanentes, como a anastilose das ruínas, a estratégia utilizada foi deslocar da memória para o desenvolvimento a justificativa e objetivos do projeto. Aqui, a

memória de São João Marcos passou a fazer parte do contexto, o pretexto pelo qual se pôde propor ações que trariam maior desenvolvimento para a região.

No entanto, mesmo com objetivos mais econômicos, como ações voltadas para o turismo e capacitação profissional, o projeto conseguiu manter a memória de São João Marcos como *tema* de todas as ações propostas, o que resultou numa transformação impactante da experiência de rememoração no Parque Arqueológico e Ambiental de São João.

Ao fim da pesquisa, é possível concluir que a relação entre memória, patrocínio privado e políticas públicas apresenta oportunidades que podem viabilizar de forma decisiva a representação de uma memória. O que se pode apurar é que o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos consegue, desde 2011, utilizar essa relação para dar prosseguimento à sua missão de celebrar a memória de São João Marcos, aliando os interesses dos patrocinadores à memória patrocinada, de forma a minimizar abusos, injustiças e apagamentos.

REFERENCIAS

- ABREU, Regina. A cultura do mecenato no Brasil: Uma Utopia possível?. *In*: NASCIMENTO JUNIOR, José (org.). **Economia de Museus**. Brasília: Minc/IBRAM, 2010. p. 164-201.
- ASSMAN, A. **Espaços da recordação**. Formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2009.
- CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte, MG. Fino Traço, 2011.
- FOUCAULT, M. O poder e a norma. *In*: KATZ, C. (org) **Psicanálise, poder e desejo**. Rio de Janeiro: Ibrapsi, 1979.
- FOUCAULT, M. Outros Espaços. *In*: **Ditos e escritos – Volume III**. 1984.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os museus e a cidade**. *In*: Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro. Lamparina, 2003. P 171-186
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do Patrimônio *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira ; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- GONDAR, J. **Cinco proposições sobre memória social**. *In*: DODEBEI, V; FARIAS, F; GONDAR, J. (Orgs.) **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Morpheus, 2016.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira ; ABREU, Regina Maria do Rego. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira ; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Os lugares de memória. Paris: Gillimard, 1984.
- OLIVEIRA, A.J.B. **Casa de Minerva: entre a ilha e palácio**. Os discursos dos lugares como metáfora institucional. Rio de Janeiro: PPGMS, Unirio. 2011
- OLIVEIRA, Maria Amália. **Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização**, iE-Cadernos CES, Universidade de Coimbra, 2014.

- POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989
- POLLAK, M. **Memória e identidade social.** In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PROUST, M. **No caminho de Swann.** Trad. QUINTANNA, M. 22 ed. São Paulo: Globo, 2003.
- RIBEIRO, Leila Beatriz. **Memórias inscritas, rastros e vestígios patrimoniais.** Revista Morpheus (Número especial: Por que memória social?) v. 9, n. 15, p. 295-307, 2016.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Reimpressão: 6ª -2014
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** Trad. Claudia Berliner. São Paulo, SP. Editora WMF Martins Fontes, 2010. Reimpressão 2016.
- SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso.** Rio de Janeiro: Cidade Viva: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.
- STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor.** 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- VASCONCELOS, P.A **As metamorfoses do conceito de cidade.** Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 17-23, 2015.
- VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito.** In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe. (orgs). Antropologia e Patrimônio Cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007, v. 1.

Legislação

- RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1954, de 26 de janeiro de 1992.** DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Rio de Janeiro, 1992.
- RIO DE JANEIRO. **Edital nº 1/2017, de 23 de janeiro de 2017.** Edital para apresentação de projetos para a Lei de Incentivo a Cultura. Rio de Janeiro, 2017.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 44.013, de 2 de janeiro de 2013.** DÁ NOVA REDAÇÃO AO DECRETO Nº 42.292, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010, ALTERADO PELO DECRETO Nº 42.575, DE 30 DE JULHO DE 2010, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Rio de Janeiro, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 44133, de 22 de março de 2013.** DISPÕE SOBRE O DECRETO Nº 44.013, DE 02 DE JANEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Rio de Janeiro, 2013.

Referências em meio eletrônico

BRASIL. Ministério da cultura. **Documentação abrangendo o período de 1938 - 1942. Tombamento Cancelado. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos.** Disponível em:

http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5192?discover?rpp=10&etal=0&filtertype_0=title&filtertype_1=spatial&filter_relational_operator_1>equals&filter_relational_operator_0>equals&filter_1=Rio+Claro%2C+Rio+de+Janeiro+%28RJ%29&filter_0=Conjunto+Arquitet%C3%B4nico+e+Urban%C3%ADstico+de+S%C3%A3o+Jo%C3%A3o+Marcos

BNDES. **BNDES Finem - Investimentos sociais de empresas (linha ISE).** [S. l.], 2017. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-investimentos-sociais>